



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**SEMAD/ASSOC - SE.COPAM - Assessoria de Órgãos Colegiados COPAM/MG**

**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**

**ATA DA 128ª REUNIÃO, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2025**

Em 26 de setembro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Marina Guimarães Silva Bitencourt, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Anamaria Burle Orlandine Andrade, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Verônica Maria Ramos do Nascimento França, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Cícero Antônio Miranda Barbosa, da Agência Nacional de Mineração (ANM); Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra); Gustavo Bleme de Almeida, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; José Antônio de Sousa Neto, da Escola Superior Dom Helder Câmara; João Augusto Hilário, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg). Assuntos em pauta. 1) ABERTURA. Verificado o quórum regimental, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 128ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. 2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO. Executado o Hino Nacional Brasileiro. 3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS. Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder: “Presidente, eu gostaria de pedir alguns esclarecimentos a respeito dos eventos recentes com relação às questões de governança e compliance. Até porque tem muita informação através da imprensa, mas não temos um conhecimento específico do processo que está em andamento. E eu queria também colocar uma questão. Nós temos discutido aqui ao longo de um pouco mais de um ano, nossa preocupação com relação a questões de compliance, de governança. Algumas sugestões foram levantadas ao longo desse processo, e muitas discussões. E no final eu tenho uma dúvida que eu gostaria, em conjunto com o esclarecimento que eu espero que o senhor presidente possa trazer para nós aqui do Conselho, se nesse contexto existe alguma possibilidade de que a integridade... Porque boa parte das nossas decisões são tomadas em cima dos relatórios, dos pareceres que são produzidos pela FEAM, que tem, inclusive, todas as Anotações de Responsabilidade Técnica de diversos profissionais, que eu entendo que é feito com muito critério, com muita responsabilidade. Mas surgiu uma dúvida, em função dos últimos eventos, se haveria a possibilidade de que alguns desses pareceres possam ter tido a sua integridade comprometida. E também se a SEMAD e a própria FEAM – inclusive com relação aos pareceres que estarão dando sustentação à nossa reunião de hoje – podem garantir a integridade desses relatórios que nos foram encaminhados para esta reunião.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conselheiro, em relação aos questionamentos do senhor, as manifestações formais já foram realizadas pela secretária. Tem até um vídeo institucional da secretária falando que as medidas, em relação aos processos que estavam sendo investigados, foram tomadas: afastamento dos servidores públicos, a suspensão e o cancelamento das licenças. Então essa é a manifestação oficial do órgão ambiental. E aqui o nosso respeito com o trabalho da Polícia Federal, com o trabalho do Ministério Público Federal e o trabalho também do Judiciário. Lembrando que nós estamos em um procedimento que antecipa o contraditório e a ampla defesa. E o Estado, pelas informações oficiais, está tomando todas as medidas cabíveis em relação a esse assunto de afastamento de servidores, como dito, e a suspensão e o cancelamento das licenças envolvidas. Nesse contexto, nós não podemos acreditar que aqueles processos que tiveram a sua investigação poderão contaminar os outros processos e até mesmo os outros servidores. Nós temos acho que cerca de 2.000 servidores, que trabalham de forma séria, que trabalham dia a dia. Até parte dos servidores encontra-se em movimento de greve para melhorias e condições de trabalho, em um pleito justo junto ao governo. E nós não podemos acreditar que isso contamine os demais. Temos para nós servidores – eu sou servidor público de carreira desde 2006 – que isso não contamina os demais processos. E eles são verificados e são analisados com base em documentos que são apresentados pelos empreendedores. E como mesmo o senhor disse, considerando a Resolução 237, cabe ao empreendedor, por meio das ARTs, assegurar que aquelas informações são verídicas. E o princípio da boa-fé é visto também, é colocado não só na lei federal, como na lei agora de Transparência, que nós temos que levar em consideração na análise dos nossos processos. Então, respondendo as questões que o senhor levantou, as manifestações formais do órgão ambiental, seja da SEMAD e da FEAM, a secretária de Meio Ambiente já informou em vídeo. Pode ser que eu peça aqui depois a secretaria para colocar esse vídeo ainda hoje aqui para os senhores. E no nosso entendimento aqueles processos não contaminam os demais, e as responsabilidades técnicas somadas à competência da nossa equipe técnica e jurídica dão validade ao que os senhores estão apreciando nesta data.” 4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA. Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: “Conforme amplamente vem sendo divulgado pela Assessoria de Órgãos Colegiados nas reuniões das Unidades Colegiadas do COPAM, pela nossa mídia social, nas nossas Regionais, encontra-se aberta a consulta pública para receber sugestões da sociedade sobre o funcionamento, a estrutura e os mecanismos de participação de dois importantes colegiados estaduais: o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG). A iniciativa busca promover melhorias de modernizar a estrutura, o funcionamento dos conselhos envolvidos e garantir maior clareza e acessibilidade nos processos decisórios. A meta é fortalecer esses espaços como fóruns de escuta e construção coletiva das políticas ambientais do Estado. As contribuições podem ser enviadas por meio de formulário eletrônico disponível no site da SEMAD: [www.semاد.gov.br](http://www.semاد.gov.br). Se encontra na primeira página do nosso site. Sigam as nossas redes sociais e fiquem por dentro das novidades, ações e informações sobre o meio ambiente em Minas Gerais: [@meioambienteminasgerais](https://www.instagram.com/meioambienteminasgerais).” 5) EXAME DA ATA DA 127ª REUNIÃO. Aprovada por unanimidade a ata da 127ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 29 de agosto de 2025. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta e ANM. Abstenção: Dom Helder. Ausências: Codemig e IHMBio. Justificativa de abstenção. Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder: “Eu vou me abster em função de dúvidas que ainda permanecem.” Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação da ata. Fernando Benício de Oliveira Paula/Sociedade civil: “Senhor presidente, Fernando Benício, conservacionista hoje aqui. Eu venho aqui saudar todo o Conselho, meus pares aqui já há algum tempo, os servidores e todos que nos assistem. Eu venho, senhor presidente, relatar que estou ora, devido à investigação da Polícia Federal, a qual eu apoio integralmente, afastado voluntariamente das minhas atribuições na presidência da Zeladoria do Planeta, cargo que exerço há 25 anos, e consequentemente, aqui deste Conselho. Eu apoio integralmente a investigação da Polícia Federal, inclusive, pessoalmente, eu considero que ela deveria ser estendida, principalmente ao nível temporal, frente às licenças ambientais que foram expedidas por ocasião do alteamento das barragens de Brumadinho e de Mariana. No entanto, isso cabe à Polícia Federal, e deixo a eles essas atribuições. Estamos aqui colaborando, de forma muito assídua, aos processos, dando todos os esclarecimentos. E gostaria de citar que somente eu, meu CPF, Fernando Benício, está sendo investigado, supostamente por interferir junto aos demais conselheiros em seus votos. Mas isso está sendo investigado, certamente, irá chegar a um parecer extremamente positivo. E eu gostaria de salientar, senhor presidente, que não a Zeladoria do Planeta enquanto instituição, que possui um corpo dirigente. Não sou eu ONG, como muitas entidades que a gente vê que infelizmente são de uma pessoa só, mas nós temos um corpo, que nada tem a ver com essa investigação e por isso, senhores conselheiros, nas nove Câmaras em que nós atuamos, estará consequentemente cumprindo o seu mandato até o final. Muito obrigado. Desejo a todos uma ótima reunião. E caso, senhor presidente, o senhor possa me conceder que esta minha fala seja transcrita integralmente na próxima ata. Muito obrigado e uma boa reunião a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Fernando Benício. Eu não interrompi o senhor e não vou interromper os demais. Eu quero só lembrar, conforme artigo 44 do nosso Regimento Interno, as manifestações devem ser afetas ao item de pauta. Nós estamos aqui fazendo o exame da ata da 127ª reunião. Então não quis interrompê-

lo, mas eu peço a atenção, em relação a este item e aos demais, que as citações ou os destaques sejam feitos para o item de pauta. Nesta semana nós tivemos várias manifestações do sindicato, como eu disse, em um pleito justo junto ao governo, que indiretamente o nosso trabalho está vinculado às licenças ambientais, aos pareceres que são levados ao licenciamento ambiental, seja também em relação aos autos de infração. Nós teremos, com certeza, também manifestações no mesmo sentido nesta reunião. Eu sei disso. E conforme falado, até por uma servidora, trata-se de uma questão se não diretamente ligada ou indiretamente ligada, como eu disse, mais uma vez, pleito justo. Eu sou servidor público de carreira, não vou interrompê-los em modo algum em relação ao prazo de manifestação, mas eu solicito, mais uma vez, que se atenham ao item de pauta. O item de pauta aqui que nós estamos tratando neste momento é o exame da ata da 127ª reunião. Então eu solicito que os destaques sejam relativos a este item.” Felipe Gomes/sociedade civil. “Bom dia a todas, a todos. Com muito orgulho que eu venho aqui lembrar que eu cheguei a ser processado o dia que eu pedi que fossem investigados. Naquela época, eu ainda falei: ‘supostos crimes’. Eu não sabia que a corrupção era sistêmica, Sr. Yuri e nobres conselheiros. E assim eu fico assustado de ver que um... Eu espero que não tenha mais pessoas investigadas nos inquéritos, porque me dá muito medo. Eu tenho medo. Na hora que eu vi o tanto de arma apreendida, pensar que o terceiro nome da Polícia Federal... Parabéns à Polícia Federal por ter desbaratinado este, que provavelmente é o maior esquema criminoso mineral da história do Brasil e que cooptou servidores. Eu adoraria saber, eu rezo para que Rodrigo Franco não seja morto e faça delação premiada e conte quem é que estava, quais eram, quem dava as ordens que vinham de cima para ele. Eu tenho certeza que essa operação está só no começo. Na hora que a gente vai ler... Depois, se os senhores quiserem, já foi tirado o sigilo dos processos. Então acho que seria muito interessante buscar os outros empreendimentos, porque tem inúmeros outros empreendimentos citados. Nobre presidente, na boa, a sua fala não condiz com a realidade quando você responde ao conselheiro que entreviu primeiro, sabidamente. Eu parabenizo o conselheiro que entreviu, eu me esqueci o nome. Mas a SEMAD hoje não tem a menor condição de garantir isso que o senhor prometeu. É uma mentira, é uma falácia, porque a gente vem denunciando corrupção sistêmica. Quem está falando isso não sou eu, é a Polícia Federal, que prendeu o presidente da FEAM. Tudo bem que ele foi exonerado quatro dias antes. Eu achei uma bizarrice. Será que alguém passou informação para ele? ‘Pera aí’ que eu vou ter que pôr para carregar minha bateria. Não a minha, que a minha está extremamente carregada depois de lutar por praticamente três anos contra este que provavelmente é o maior esquema criminoso de meio ambiente e mineração da história deste país. Que eu fui vítima de matérias difamatórias. Vocês sabiam que eu ganhei contra o ‘Estado de Minas’, que publicou uma matéria falsa a meu respeito? Yuri, você estava presidindo a reunião que concedeu a licença da Fleurs Global Mineração. Que foi uma licença... Eu queria depois, presidente, que vocês esclarecessem para a gente se alguma dessas licenças está sendo concedida sem anuência, porque a da Fleurs foi. A da Fleurs foi concedida sem anuência do Iphan, uma Licença de Operação Corretiva que não podia operar, que, inclusive, graças a uma denúncia de Duda Salabert, quem represento neste momento também, pegou, foi lá e viu. Que nós fizemos uma denúncia sobre rejeito. Aqui está meu crachá funcional, estou aqui representando a deputada federal, que foi ameaçada, que teve seu nome citado. Inclusive, o meu nome é citado, falando, quando, depois que o Fernando Benício... O conselheiro que está aí, o pessoal parabenizando ele, fala lá que gerou um certo, uma certa consternação pela minha intervenção em cima da fala dele. Então é muito preocupante. Esta reunião tem que ser suspensa. Yuri, esta reunião tem que ser suspensa. E seria muito interessante que na ata fosse citado lá, em todo local que tiver Fernando Benício, Baliani, que todos estão afastados a pedido da Justiça Federal por suposto envolvimento com esse esquema. Isso tinha que constar na ata. Eu gostaria de solicitar que fosse avaliado para que no futuro, quando as pessoas acessarem a ata da última reunião, saibam que essas pessoas que votaram naqueles processos estão sendo investigadas naquele que é considerado, provavelmente, é o maior esquema criminoso da história do Brasil de meio ambiente e mineração. Então eu deixo aqui o meu repúdio a esta reunião estar ocorrendo, meu total apoio à greve dos servidores. Estou inscrito em todos os processos, vou falar em todos os processos e estou indignado porque fui processado porque havia denunciado que havia corrupção sistêmica. Eu não falei ‘sistêmica’ naquela época.” **6) NOVO MÓDULO DO GTAC - SISTEMA DE GESTÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Nayara Pereira, da FEAM, fez apresentação sobre o novo módulo do Sistema de Gestão de Termos de Ajustamento de Conduta (GTAC). Após a exposição, foi aberta a manifestação dos inscritos. Felipe Gomes/sociedade civil. “Eu tenho uma sugestão sobre esse sistema. Eu acho que ele devia mudar de GTAC, o nome dele, para ‘TAC, TAC, TAC’. Os TACs são peça chave nesse esquema de corrupção sistêmica que, segundo a Polícia Federal, cooptou agentes de Estado. Lembrar que a Fleurs Global Mineração, que, inclusive, eu estava olhando aqui na página... Eu faço até questão de ler, porque depois vão querer me processar. Mas no processo 6315374-44.2025.4.063800/MG, evento 1, anexo 15, página 12. Eu estou lendo, entre aspas, pessoal, não estou aqui fazendo nenhuma correlação, nada. Só lembrar de uma empresa que operou com TAC muito tempo, que inclusive também teve licença sem anuência. No dia 16/7/2024, Gilberto, que eu acho que está preso, ‘comentou sobre duas pessoas que teriam pedido de vistas no negócio no mês passado.’ ‘Na sequência, comentou sobre o processo de licenciamento da Fleurs Global’. Isso está entre aspas, pessoal, eu estou lendo do inquérito, desse processo que foi disponibilizado. ‘Suspeita-se que o investigado esteja se referindo à reunião da Câmara de Atividades Minerárias’ – que acho que é por acaso onde nós estamos – ‘do Conselho Estadual de Política Ambiental, ocorrida no dia 28/6/2024, no qual, em análise do processo administrativo para análise de Licença de Operação Corretiva da Fleurs Global Mineração Ltda., quatro conselheiros realizaram pedido de vista. Foram eles, Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, Fernando Benício de Oliveira Paula, Francisco de Assis Lafetá Couto e Thiago Rodrigues Cavalcante.’ Eu estou simplesmente lendo o que está no inquérito da Polícia Federal, pessoal, isso está tudo entre aspas. Então eu fico com muito receio, porque a investigação está correndo, tudo mais, e esta Câmara, que está como peça central dessa história, continuar funcionando. Então eu deixo aqui meu total apoio aos servidores em greve. Eu entendo que para colaborar com as investigações seria muito interessante que qualquer pessoa citada... Eu, se tivesse meu nome citado no inquérito... Meu nome está até lá, tem um que aparece 41 vezes. Depois vocês procuram lá toda vez que meu nome está citado. Fiquem à vontade. Quem quiser os processos, eu encaminho. Eu, se tivesse sido citado como qualquer coisa que não seja uma pessoa que estava aqui denunciando esse esquema criminoso, eu falaria: ‘Olha, pessoal, eu não vou votar nada, eu não vou fazer nada, porque eu sou inocente, então eu vou me abster para que as investigações corram.’ Igual eu. Se fosse a secretária Marília Carvalho, eu já teria colocado meu cargo à disposição. ‘Olha, se o esquema criminoso desbaratinado até agora estava debaixo do meu nariz’. Afinal de contas, ontem, inclusive, foi perguntado na Assembleia quais daquelas pessoas eram indicações dela, das pessoas que foram presas, alvos de busca e apreensão. Ela não respondeu isso. Eu colocaria meu cargo à disposição. Eu acho que é nobre. O Lupi, o ministro Lupi, na hora que explodiu o negócio do INSS, ele colocou o cargo à disposição na mesma hora. Fica aqui uma dica para a secretária. Com certeza, está nos vendo. E eu, se tivesse meu nome ali por qualquer coisa minimamente esquisita, qualquer mensagem e tal, eu também colocaria. Inclusive, por exemplo, a Zeladoria do Planeta, que o Fernando Benício veio aqui falar, a entidade deveria colocar o cargo à disposição também. E lembrar, nós encaminhamos um ofício para o Conselho Nacional de Entidades Ambientalistas pedindo descadastramento da entidade. A deputada federal Duda Salabert encaminhou. Se os senhores quiserem, depois eu posso compartilhar com os senhores. E aí eu pergunto: nesse processo de fazer o ‘TAC, TAC, TAC’, algum investigado, alguém que é citado nos inquéritos participou da elaboração? A gente pode pegar os nomes daqueles maiorzões. Rodrigo Franco participou, Baliani participou, Breno Lasmar participou? Vocês sabem os outros nomes. Então eu penso que, se algum deles tiver participado, essas modificações, tudo isso que está sendo proposto do TAC deveria ser suspenso, esperar as investigações concluírem.” Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Eu sou Renata Dutra, hoje estamos fechando a semana do COPAM com as Câmaras Técnicas, a CMI. Nós, enquanto movimento grevista já aqui tão muito bem exposto, estivemos presentes em todas as Câmaras Técnicas realizadas esta semana pelo COPAM. Estamos aqui fechando a nossa agenda de greve hoje. Quem se inscreve hoje como sociedade civil é uma cidadã que compõe o corpo de servidores efetivos do Sisema há 11 anos, atuando na análise e elaboração técnica de pareceres de licenciamento e também por muitas vezes assinando TACs. Meu nome já esteve nessas Câmaras inúmeras vezes e seguirá. Assim como muitos colegas, poderia ter escolhido não mais servir ao Estado, porém eu ainda sigo acreditando e lutando por esta instituição Sisema. E nesses 11 anos de atuação é a primeira vez – eu gosto de frisar isso – em que eu me inscrevo no COPAM enquanto sociedade civil. Então é importante ressaltar que estou aqui hoje num exercício de cidadania. E aí, como bem antecipado pelo presidente Yuri, que a gente gosta de frisar, referente ao Regimento, esse vínculo entre o item de pauta e o que iremos proferir, é importante ressaltar que se esta Câmara está em atividade é porque os servidores de meio ambiente existem. Não existiria CMI, não existiria COPAM se os servidores de meio ambiente não estivessem aqui para poder entregar os seus trabalhos a este Conselho, a essas Câmaras. Nós servidores somos defensores da implantação de sistemas que garantam a transparência e que tornem nossos trabalhos mais eficientes, tais quais apresentados pelo GTAC hoje. Porém, é importante nós refletirmos a que esses sistemas estão atendendo. Então quando falamos em Termos de Ajustamento de Conduta é um objeto que historicamente tem colocado os servidores em péssimas situações e condições. E prova disso, como já relatado por outros inscritos, temos histórico de processos administrativos sofridos por servidores que

têm vínculos com TACs assinados, nós temos históricos de multas sobre servidores que têm vínculos com TACs assinados e agora mais recentemente processos de investigação pela Polícia Federal, em que servidores também são vítimas de investigação, em que temos TACs envolvidos também. Pois bem, a categoria reconhece a relevância desta Câmara. Ocorre que hoje, 26 de setembro de 2025, a categoria dos servidores que estão assinando esses novos pareceres que estão na pauta está completando 26 dias corridos em movimento grevista, em prol do fortalecimento da carreira e da instituição Sisema. Não cumpre a nós fazer julgamento técnico, o pente fino de todo esse trabalho tão bem desenvolvido pelos colegas de norte a sul do Estado que redigiram esses pareceres. Por outro lado, não há como não realizarmos uma interferência civilizatória em todos esses espaços. Nós não consideramos digno e justo que neste cenário de maior greve geral da história do Sisema estes processos sejam encaminhados à deliberação. Nós clamamos pela sensibilidade mais uma vez da presidência desta mesa para que retire todos os processos da pauta até que o movimento grevista seja encerrado, o que implique em apresentação de proposta plausível pelo governo referente aos 21 pontos de pauta. Clamamos também pela sensibilidade de todos os conselheiros que compõem esta Câmara para que peçam reiteradamente vistas de todos os processos até que seja apresentada à categoria uma mesa de negociação, que até o dia 26 de setembro não ocorreu, referente aos nossos 21 pontos de pauta. Não há caminhos a não ser criando obstáculos, tornando evidente a participação dos servidores para que essas entregas sejam feitas. É a quarta semana da greve geral no Sisema. Enquanto esse movimento existir, não podemos permitir que o COPAM siga atuando como se nada estivesse acontecendo. Nós estamos na linha de frente, e fazer adesão ao nosso pleito é atitude de respeito. Esta semana nós já tivemos o Instituto Heleno Maia se abstendo de todas as votações em solidariedade aos servidores de meio ambiente. Infelizmente, ao final da reunião, anunciou renúncia da cadeira. Enfim. Então nós esperamos, através dos instrumentos que temos, que os conselheiros, que a presidência, que todos os envolvidos possam atuar em prol das nossas causas. Muito antes de deliberar processos, defender o servidor é defender o meio ambiente e o futuro de Minas.” Daniel da Mota Neri/sociedade civil: “Eu vou pedir desculpas por um pouco da quebra da formalidade aqui. Estou na minha casa, estou em férias, não tenho hábito de participar das reuniões do COPAM. Sou professor do IFMG, no Campus Ouro Preto, militante da Flama, Frente Mineira de Luta dos Atingidos e Atingidas pela Mineração. Eu havia até preparado um texto, algumas palavras para falar sobre essa questão do TAC, mas o início desta reunião, infelizmente, me obriga a mudar um pouco o percurso que eu planejei para estes 5 minutos. Essa mudança que eu vou fazer na minha fala se deve a uma coisa que passou aqui por algumas falas que já aconteceram nesta reunião e que tem acontecido em manifestações do governo Romeu Zema, nos últimos dias, depois da deflagração da Operação Rejeito. Que se trata – eu vou usar uma expressão coloquial, porque não consigo uma expressão mais formal – do blefe. Todo bom mineiro, mesmo que não seja um jogador de truco, que não seja adepto ao jogo de cartas, sabe o que é um blefe. A gente blefa quando a gente não tem carta, mas finge que tem. Então a gente toma uma postura assim, uma cara séria, a gente faz uma voz, a gente muda alguma coisa na nossa postura corporal e tenta dar a entender aos adversários que a gente está com carta na manga. Então que ‘eu tenho um zap, um 7 de copas, que eu tenho o Ás, do pôker’. E a gente está vendo isso por parte do governo Romeu Zema. Desde o início da operação, a gente vê a secretária Marília, a gente vê o governador: ‘Não, estamos fazendo o máximo pela apuração, somos favoráveis à investigação’. As coisas estavam correndo, estão correndo ali bem embaixo do nariz deles. E a metáfora que eu faço é que eles se comportam como os figurantes daquele filme ‘As Branqueiras’. Todo mundo já deve ter visto na ‘Sessão da Tarde’. Para aquele filme acontecer, todos os figurantes têm que fingir que são cegos, porque obviamente ninguém acha que aqueles dois personagens que se fantasiam e se maquiagem como as meninas loiras parecem alguma coisa com as personagens originais. Senhor Yuri Trovão, presidente desta Câmara, secretária Marília Melo, governador Romeu Zema estão se comportando como esses figurantes, fingindo que não estão vendo as coisas que estão acontecendo. E aí blefam. Presidente, o senhor, com uma bela voz empostada: ‘Somos favoráveis ao pleito dos servidores públicos, eu sou servidor de carreira.’ É emocionante, chega a mexer com a gente, de verdade, estou falando sério. Estou falando bem pessoal aqui por causa disso, por isso que eu mudei o que eu ia dizer. O rapaz da Zeladoria do Planeta: ‘Não, estou aqui por causa do contraditório’ e tal. A secretária dizendo que não sabe ou não indicou ninguém para a FEAM. Colocar o TAC na reunião da CMI. O TAC é o grande problema, o Felipe já falou aí desses processos de licenciamento absurdos, ‘semi licenciamentos’ que ocorreram na Serra do Curral e em vários outros episódios, inclusive os envolvendo os crimes com rompimento de barragem. E agora ‘não, nós vamos ajustar o TAC’. A Assembleia Legislativa, comandada com mão de ferro, com mão de dinheiro, firmemente pelo governador, bloqueou por dois anos o processo de tombamento da Serra do Curral. Aí fez-se a mágica, o parlamento mineiro, de repente, assumiu a responsabilidade e acatou o projeto de lei da deputada Beatriz Cerqueira, e agora vai ser colocado em pauta. Olha, gente, que maravilha. Então é preciso a gente deixar gravado – esse instrumento, essa ferramenta do YouTube permite que a gente deixe registrado aqui – que essa operação está em andamento. Essa operação, ainda haverá desdobramentos. Cuidado com o blefe, porque vocês vão cair, porque a sociedade civil está organizada e se organizando cada vez mais. E a gente não vai permitir que essa operação pare onde ela chegou.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Daniel. Só para esclarecer, Sr. Daniel, em relação à empostação da minha voz ou a forma que eu me manifesto não é nesta reunião. Acho que o senhor está entrando – o senhor mesmo disse que o senhor está presente apenas nesta reunião –, não deve ter o conhecimento das demais reuniões que eu presidi. Só para esclarecer, mais uma vez, eu sou servidor público efetivo desde 2006, exerço o cargo de chefia desde 2008. Na realidade, sou egresso da Educação, do Sistema de Educação, desde 97. Então o senhor não sabe nada da minha história e não tem como o senhor falar que eu estou blefando. É aí que o senhor se engana, não há nenhum blefe da minha parte. Pelo contrário, respeito todos os senhores. Eu gostaria muito que o respeito fosse recíproco aqui na minha manifestação, assim como respeito aos demais... Em relação à presidência, exerço a presidência da CMI, CNR e das outras reuniões, foram mais de 300 reuniões nas quais eu presidi e nas quais eu participei assessorando juridicamente. Então não há nenhum blefe da minha parte, nenhuma empostação de voz. Essa é a minha forma de agir, de forma educada e respeitosa com o senhor e com os demais aqui presentes.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Eu tive um probleminha aqui no início, talvez atribuído até a falha minha mesmo aqui no Zoom. Eu gostaria de fazer uma pequena revisão na minha fala na ata da reunião passada, na de ordem 127. Se for possível, se puder depois pedir à equipe para fazer. Eu falei sobre ‘imissão de posse’ e não ‘emissão de posse’, como consta. É uma correção simples. Quanto à política ambiental do Estado de Minas Gerais, eu gostaria de aproveitar este espaço também para falar um pouco do que a gente já vem falando ao longo de alguns anos relacionado aqui a Congonhas. A gente não vai cansar nunca de falar dos absurdos que estão acontecendo em Congonhas. E, mais do que nós falarmos, a própria natureza, o próprio ecossistema está falando. E ele falou nessa última segunda-feira agora novamente. É uma situação que a gente sempre fala aqui e que deveria ser levada em conta nos licenciamentos e que possivelmente também tenha algum tipo de ligação com essas investigações que a Polícia Federal está fazendo. Porque a ausência de avaliação sistêmica no território de Congonhas e processos de licenciamento que perduram por década no sistema esperando renovação de Licença de Operação, enquanto que outros... E também a situação de Congonhas é drástica, é grave, gravíssima. Está nos preocupando de esta reunião estar acontecendo, então eu vou passar para um caso objetivo que se refere ao prosseguimento desta reunião, senhor presidente, é que a gente está muito preocupado que tem empreendimento com licença ainda incompleta, foi concedida. Em ‘Assuntos Gerais’, eu vou ler o ofício que foi encaminhado para o governo do Estado sobre esse empreendimento, que é a pilha Fraile, em sua expansão 3 e 4, aqui em Congonhas, em que a Prefeitura Municipal de Congonhas está pedindo manifestação para a SEMAD. E o empreendimento – ao que nos parece, ao que foi feita aqui vistoria pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – já iniciou as obras sem anuência do Iphan e o Iepha. Então tudo num pacote assim muito complexo. E a gente não consegue compreender, com essa legítima greve que está acontecendo dos servidores, como se dá andamento a esse tipo de pleito, esse tipo de análise, de fiscalização e até mesmo desta própria reunião. Já foi dito aqui pela Renata, que nos antecedeu, pelo próprio Felipe e os outros mais. E eu também achei que esta reunião, de alguma maneira, não tivesse condições de ser realizada. Estou pensando ainda aqui muito, como é que vai prosseguir numa reunião em que... Semana passada eu falei com uma autoridade aqui a respeito desse ofício que foi enviado da Prefeitura de Congonhas para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente a respeito dessa expansão de pilha. Falei uma coisa assim que soa até a brincadeira, mas eu falei: ‘Tem uma parte do pessoal de lá que está ou preso ou investigado, e outra parte está de greve’. Então o que sobrou, com todo respeito... Estou dizendo assim, quem está trabalhando, eu sei que tem cotas de atendimento, tem o regimento todo para que continue funcionando em casos emergenciais. Até mesmo essa tempestade de poeira que aconteceu em Congonhas agora, semana passada, na segunda-feira, como é que trata isso? Fiscalização... Como é que trata autos de infração? Nós fizemos denúncia para a FEAM sobre esse caso. Fizemos em âmbito municipal, fizemos em estadual. Eu não entendo como é que o Sisema está funcionando dessa maneira, com um lado a investigação, que parabeniza a Polícia Federal, parabeniza também o Ministério Público, todos os órgãos envolvidos; e também a parte que está cooperando, que está contribuindo, da própria SEMAD. A gente sabe, tem certeza que não é todo mundo que está envolvido nisso, é óbvio.” Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Bom dia, senhores conselheiros. Só diante da última fala do Sandoval, só queria destacar a falta de espaço para manifestações diversas, que não sejam dos assuntos pautados pelos

conselheiros, porque só os conselheiros têm fala irrestrita. E como a representatividade desta Câmara está em xeque a gente percebe que as manifestações são sempre direcionadas e sem um amplo debate de opiniões divergentes. Eu queria só destacar por que a gente tem que fazer interferência e muitas vezes falar sobre coisa que não é do tema. Mas a minha fala aqui era para parabenizar os servidores que participaram da elaboração do GTAC. O GTAC com certeza vai ser uma contribuição, o sistema traz melhorias para o sistema como um todo, mas é esse grupo de servidores que também hoje está de greve, pedindo a recomposição salarial, que já alcança 80% de defasagem. E também a gente solicita o envio do plano de carreira para a Assembleia Legislativa, para apreciação. Para que esse tipo de entrega do GTAC se fortaleça e ocorra com mais recorrência dentro do órgão, é preciso que seja realizado concurso dentro do órgão e que essa carreira seja realmente valorizada por todo seu esforço e contribuição para a população de Minas Gerais. E por isso eu queria reforçar aqui o pedido de moção desta Câmara para apoio à greve dos servidores para que a gente consiga estabelecer uma mesa de negociação efetiva com a secretária Marília e com o governador Romeu Zema.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Laura. E assim encerramos com os inscritos em relação ao item 6, que é a nossa apresentação. Agradeço mais uma vez a presença da Sra. Naiara.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”. 7.1) Viver Minas Mineração Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Formulação de adubos e fertilizantes. Campo Belo/MG. PA/SLA/Nº 12769/2025. ANMs: 830.882/1992, 832.338/2006 e 833.354/2004. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA SM. Retorno de vista pelo conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, ANM. Abstenção: Dom Helder. Impedimento: Zeladoria do Planeta. Ausências: Codemig e IHMBio. Justificativa de abstenção. Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder: “Senhor presidente, mais uma vez eu vou me abster em função dos questionamentos que eu fiz no início da reunião. Apesar do meu sentimento muito positivo com relação ao esforço feito pelo governo de Minas, eu acho que existem ainda muitas dúvidas com relação ao processo. Então eu vou me abster. A minha preocupação é com relação, por menor que seja, ao risco de alguma quebra de integridade.” Manifestação de impedimento. O conselheiro Gustavo Bleme de Almeida, representante da Zeladoria do Planeta, se declarou impedido neste item de pauta. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Felipe Gomes/sociedade civil. “Muito bom dia a todas e a todos. Eu ia até falar aqui sobre um Pix de R\$ 5.000, mas eu vou trocar o assunto. Eu vou aproveitar o gancho do nobre guerreiro Sandoval, que assim como eu acho que entrou na turma dos ultraprocessados também, também foi processado por essa incidência um pouco mais verdadeira nessa questão socioambiental em Minas Gerais. Prezado presidente, me desculpa se o tema não é afeito à pauta, mas é importante que seja dito. No dia 10/9/2025, a deputada federal Duda Salabert, através do Ofício 135/2025 GDDS, acionou o Sr. Rodrigo Gonçalves Franco. Acho que nós erramos, porque ele já estava preso. Ou ainda não? Não sei. Ah, não, porque ele não estava preso ainda não, isso aqui é antes. Então é bom para já deixar avisado, porque você já busca o e-mail. Se quiser, eu encaminho, Yuri, tendo em vista que o Rodrigo está preso. Sobre a ampliação da pilha do Fraile 3 e 4, CSN Mineração. Que a licença foi concedida há um ano, assim como a Fleurs Global Mineração, sem anuência do Iphan e do Iepha. Aí o que fez? Eles estão implantando a pilha. Você acredita? E ainda não tem licença do Iepha e do Iphan. Inclusive, no dia 12, a CSN – ou dia 11, não sei – se manifesta no processo, depois que a gente acionou vocês, Iphan e Iepha. Se manifesta no processo pedindo urgência na concessão da anuência. E só não foi concedida porque tem uma condicionante de mais de um ano não cumprida. E aí parece que o Iphan se manifestou meio favorável. Não sei o Iepha, não consegui acessar o processo. É muita coisa envolvida. E o pior, a prefeitura foi lá, fiscalizou, e a CSN responde para a prefeitura falando que está tudo certo a implantação porque tem a Licença 109. Só que a licença é tão assim que está só um trequinho lá embaixo falando o que não pode fazer. Você tem que ir dentro do parecer para descobrir que ela não tem validade ou até porque no ofício de encaminhamento para a empresa não tem falando que é uma licença sem validade. Então a CSN apresenta uma informação que não condiz com a realidade para a prefeitura. Então, Yuri, eu queria deixar aqui um pedido explícito que fosse mandada uma fiscalização. Ontem a secretária falou que está fiscalizando com helicóptero e não sei o quê. Manda um helicóptero lá, pode chamar o Sandoval, põe ele para andar de helicóptero lá que ele mostra para vocês aonde que é que a CSN está instalando a pilha do Fraile neste exato momento, ampliação 3 e 4. Aí eu pergunto, eu sei que não é o ponto de pauta, mas está aqui uma denúncia de algo que pode ser que não condiz com a legalidade. E aí, se não agir, pode ser visto como prevaricação. Então, presidente, eu estou te falando. Ah, o pessoal pediu para avisar que, para variar, o chat do YouTube está fechado. Eu queria te mandar esse ofício aqui no chat, mas fecharam o chat aqui também deste. E para não dizer que fugi do tema, porque o tema é muito vasto, vou fazer algumas perguntas sobre esse empreendimento. Pensando que nós temos um esquema de corrupção sistêmica instalado, envolvendo ANM, envolvendo Iepha, envolvendo Iphan, envolvendo FEAM, envolvendo IEF e sei lá mais quem. Foi concedida a anuência desses, Iepha e Iphan? A ANM, algum dos nomes investigados nesses outros órgãos compõe esse processo de alguma forma? Porque se sim esse processo também deveria ser retirado de pauta. E faço coro assim, para mim é muito surreal pensando que esta comissão, especificamente, que é citada inúmeras vezes nos inquéritos, esteja funcionando. Aí eu pergunto: teve anuência? Pergunto também: esse processo foi analisado pela diagonal, o parecer foi feito pela diagonal? Porque o da Fleurs foi feito pela diagonal, através do contrato com a Comunitas. Comunitas, que tem patrocínio da Vale, da CSN, da Votorantim. É muito doido isso. E eles estão fazendo parecer. Teve consulta livre, prévia e informada? Tem algum quilombo próximo, alguma outra comunidade próxima? Teve a consulta? Porque a FEAM está perdendo na Justiça. A FEAM não, o Sisema. Várias, tendo que ter decisão judicial para suspender a licença, porque vocês vão lá e concedem a licença sem fazer a consulta livre, prévia e informada, igual começou lá na Tamisa. A Tamisa acho que foi a primeira, depois vieram outras. Inclusive, teve que mandar suspender o licenciamento lá do Norte de Minas. Então é isso. Gostaria de ter respostas explícitas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhor Felipe, tem um mecanismo, tem um link específico para denúncias. Não sei se o senhor fez, mas, se o senhor não fez, por favor.” Felipe Gomes/sociedade civil. “Nós oficiamos, nós mandamos um ofício.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Tem um link, eu vou procurar para o senhor depois. Tem um link específico para as denúncias.” Felipe Gomes/sociedade civil. “Eu mando também, se puder compartilhar no chat.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou mandar, vou pedir aqui para pegar e mandar no chat para o senhor. Em relação aos outros questionamentos, eu vou passar a palavra à equipe técnica, posteriormente, após esgotar com os inscritos.” Danielle Farias Barros/Servidora do Sisema: “Bom dia, senhores e senhoras conselheiros. Bom dia, senhor presidente. Sou Daniele Barros, hoje estou inscrita como sociedade civil, mas sou funcionária da FEAM. Muitas vezes estive aqui nesta Câmara defendendo pareceres os quais assinei e elaborei enquanto engenheira florestal. E o que hoje nós, enquanto servidores, que estamos em movimento de greve, viemos colocar aqui na Câmara é que tudo que está sendo pautado aqui hoje faz referência ao nosso serviço. Hoje esse parecer que está neste item de pauta foi elaborado por um servidor de carreira que se encontra em greve. Então eu queria entender como que vamos conseguir sustentar que as Câmaras Técnicas continuem acontecendo com movimento grevista, sendo que, inclusive, há questionamentos a respeito do processo, e a pessoa responsável pela análise e elaboração desse processo está no nosso movimento grevista. E o movimento grevista acontece porque hoje nós estamos vendo, dia após dia, a desvalorização da nossa carreira. E sem um servidor ambiental valorizado a gente não consegue fazer uma política ambiental do Estado eficiente. Então algumas coisas que eu trago aqui de pautas para a nossa categoria, para a nossa valorização da carreira. Esse servidor que fez essa análise desse parecer recebe a gratificação por fiscalização? Porque não é todos os servidores que fazem fiscalização que recebem essa gratificação. Eu recebo, mas eu sei de muitos servidores que não recebem. Como é que o governo faz essa divisão de pessoas que vão receber e que não vão receber cumprindo a mesma função? Esse é um ponto de pauta que trazemos. Outro ponto de pauta: trabalhar com análise de processos complexos demanda muito tempo, e precisamos de várias pessoas, de formações diferentes, para que a gente consiga ter uma análise completa e trazer o melhor trabalho possível para ser votado aqui nas Câmaras. Nós conseguimos fazer isso com poucas pessoas no serviço público hoje? Porque hoje temos só mil trezentos e poucos servidores, e o último concurso foi em 2013. E hoje não conseguimos ter uma perspectiva de um concurso público. Então uma outra pauta que trazemos no nosso movimento grevista é concurso público já? Outra pauta que trazemos no nosso movimento grevista é: por que pessoas que entraram no concurso com graus de escolaridades diferentes têm que entrar no mesmo nível de carreira de outras pessoas que não têm o mesmo grau de escolaridade. É injusto. Até porque a gente vai viver uma vida inteira na carreira para tentar chegar num nível melhor, da forma que estamos hoje estruturados com o que temos. Até porque um dos nossos pleitos também é a votação do nosso plano de carreira. Tudo que estamos trazendo aqui hoje é: a gente precisa valorizar o servidor público de meio ambiente, que é a ponta da política ambiental do Estado de Minas Gerais. E sem nós trabalhando não há o que se falar em ‘trem prosperando’, não tem como se falar nisso. Então o que pedimos hoje é a suspensão da votação de todos esses processos ou baixar em diligência ou que todos**

os conselheiros se abstenham das votações. E pedimos também aos conselheiros, encarecidamente, que assinem uma moção de apoio para o nosso movimento grevista para que, enfim, a gente consiga ter uma mesa de negociação efetiva com o governo.” Matheus Ebert Fontes/Servidor do Sistema: “Boa tarde a todos. Boa tarde a todos os conselheiros. Eu sou servidor da Fundação Estadual do Meio Ambiente, trabalho no Núcleo de Correição Administrativa, mas hoje eu me inscrevi enquanto sociedade civil. Eu só falei que trabalho no Núcleo para me qualificar. Sou mestre em auditoria ambiental. Então eu quero abrir minha fala respondendo um pouco o que o senhor conselheiro da Dom Helder, o Sr. José Antônio, falou a respeito de como os procedimentos foram feitos, quem vai garantir que não tem nenhuma mácula nesses processos. O senhor até respondeu um pouco, senhor presidente, mas não há como garantir antes que seja feita uma auditoria em todos esses processos de mineração que começaram ou terminaram todos os alinhamentos enquanto os investigados estavam ocupando os cargos. Então eu peço, enquanto sociedade civil, que esses processos sejam interrompidos até que seja feita auditoria ou uma reanálise ou mesmo um certificado por outros servidores que não estejam envolvidos, que comece novamente e faça uma análise de auditoria mesmo, de todos esses processos de mineração que estão em andamento desde que essa abertura ou a finalização foram na época dos envolvidos nesses escândalos. E eu corroboro com a fala do Sr. Felipe Gomes que a reunião deveria sim ser suspensão, porque não tem motivo deliberar sobre algo, que é uma mineração, que realmente, segundo a Polícia Federal, tem essa mácula sistêmica dentro do órgão e de outros órgãos. O Sr. Sandoval até falou – vou fazer as palavras – que um lado estava trabalhando, outro lado, de greve, e uma parte está investigada ou presa. E nós não sabemos, até terminar a investigação, qual parte é qual. E também como eu trabalho bastante nessa parte de correição e auditoria, a gente também percebe, tem que verificar até com quem está pautando com os conselheiros, se quem, se eles têm certeza de quem realizou esses processos, se são fiscais mesmo, se eles conferiram se são fiscais pelo governo, se recebem a gratificação por desempenho da atividade de fiscalização, para haver realmente o controle da legalidade. Então a gente deliberar sobre temas importantes para a sociedade como mineração, com potencial poluidor alto, enquanto não sabemos se há mácula no processo, eu não digo nem que deve se abster dos votos, porque depois de todo o processo da polícia, se você não tiver certeza pelo que você está deliberando, salvo melhor juízo, pode ser até uma prevaricação. Você está votando em algo que você não tem certeza que você deve votar, que deve instituir uma deliberação. Então eu peço aos conselheiros um pedido de vistas coletivas ao presidente, para voltar para deliberar todos esses processos, para eles passarem novamente por uma auditoria interna com outros servidores, para deliberar, para saber, ter certeza que não há mácula em nenhum outro processo de mineração. Para que a sociedade fique 100% segura de que esses processos serão auditados, serão corretos. Ontem a Marília, secretária, disse que não tem compromisso com o erro. Então eu quero que todos votem sabendo que não teriam compromisso com o erro. Então tem que passar esses processos novamente para verificar se não tem erro e não tem mácula nenhuma. É isso que eu rogo aos conselheiros.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Novamente, bom dia, senhor presidente, senhores conselheiros, conselheiras, quem assiste esta reunião. Eu faço coro com a fala do servidor que me antecedeu, Matheus, a respeito da legitimidade desta reunião. Não entendemos como que um processo que receberia um parecer de vista, deve naturalmente ter recebido visita como de praxe e tudo, por uma entidade que está sob suspeição. Não estamos aqui condenando ninguém previamente, não estamos fazendo juízo do processo, óbvio, que tem direito de defesa, devido processo legal e tudo. Mas continuar a reunião, continuar a votação de processos que envolvem servidores, que envolvem conselheiros sob investigação é um tanto quanto temerário, a meu ver. Então não vou estender a fala, mas eu também, a exemplo do que o Matheus acabou de dizer, peço aos senhores conselheiros, ao senhor presidente, que reconsiderem a continuidade desta reunião, com base no que está sendo falado e do que está acontecendo nesse processo. Uma entidade que está sob a investigação, que entregaria hoje o seu parecer de vista, se dá por suspeita, a contaminação do processo, esse processo não poderia estar sendo tratado. Ele por si só já está contaminado, até o final do que a Polícia Federal apurar. Eu não vou falar mais nada neste momento aqui, mas eu acho, senhor presidente, que deveria, como medida de bom senso, pensar, colocar em discussão com os conselheiros, os senhores conselheiros, que têm a prerrogativa de propor ou a suspensão dos processos, como o Matheus falou, a retirada de pauta, ou até mesmo uma suspensão desta reunião. Suspender, até um parecer jurídico a respeito da validade da continuidade desta reunião, talvez fosse apropriado neste momento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só para esclarecer aos senhores e àqueles que nos ouvem, o pedido de retirada de ponto de pauta, baixa em diligência, pedido de vistas, é prerrogativa do conselheiro. Eu posso fazer isso de ofício. Todas as vezes que eu fiz ou que eu acatei uma baixa em diligência, retirada de ponto de pauta, eu tenho que fundamentar. Como servidor público, as fundamentações, os meus atos têm que ser fundamentados na lei, e eu tenho que argumentar para tanto. Então não vejo, a princípio, nenhum caso dentro dos processos que seja necessária a retirada do ponto de pauta até mesmo ou baixa em diligência, a não ser aquele que eu já solicitei, em virtude da solicitação da própria DGR e pelos motivos já explicados. Havendo alguma solicitação por parte do conselheiro, iremos avaliar juntamente com a equipe... A URA Sul de Minas tem alguma manifestação em relação aos argumentos?” Kezya Milena Rodrigues Pereira Bertoldo/URA Sul de Minas: “Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores conselheiros e demais participantes da nossa reunião da CMI. Meu nome é Kezya, estou aqui representando a URA Sul de Minas por esse processo do empreendimento da Viver Minas Mineração. Só respondendo ao Sr. Felipe Gomes em relação aos questionamentos dele sobre o processo, esse empreendimento em questão não tem possibilidade de afetar bens tombados ou sítios arqueológicos, que necessitaria de manifestação do Iphan e do Iepha. O empreendimento também em questão não está localizando dentro de uma área de influência de terras indígenas para necessitar da manifestação da Funai. O empreendimento em questão também declarou, dentro do Sistema de Licenciamento Ambiental, que o empreendimento não impacta em terra indígena, quilombola ou bem acatulado. Então só ressaltando que esse empreendimento em questão não está em área que necessite de manifestação desses órgãos intervenientes.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”.** **8.1) Mineração Maroto Diamantina Ltda. Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; Pilhas de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento. Diamantina/MG. PA/SLA/Nº 1286/2024. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA JEQ. Retorno de vista pelo conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta e ANM. Ausências: Codemig, IHMBio e Dom Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sistema: “Obrigado, senhores conselheiros. Vamos discutir aqui uma mineração. Aí tem o parecer dos servidores. Eu queria só destacar a fala do conselheiro da Dom Helder, porque eu acho que o que deve ser questionado aqui não são os pareceres técnicos, quem está colocado em xeque é o Conselho, O que foi deflagrado com a Polícia Federal é uma estrutura para facilitar ou barrar discussões ambientais. Não precisamente dentro dos pareceres, que são facilmente verificáveis. Os analistas têm um rito a seguir, e esse rito se segue. Nós estamos colocando aqui como essas questões são discutidas, que é o que se debate aqui nesta Câmara. Eu queria convidar vocês a assistir à CNR de ontem, onde o órgão ambiental justifica a manutenção dos autos de infração, apresenta qual é a interpretação que tem que ser feita, e mesmo assim os conselheiros daquela Câmara votam para que os autos de infração sejam suspensos. Então só para retornar que eu acredito que a linha não deve ser questionar os pareceres em si, porque eles seguem um rito jurídico e técnico, que é incontestável e de fácil verificação. Nós temos que questionar é a continuidade desta Câmara, mesmo ela não estando representativa. Eu queria falar também que a consulta pública que está sendo feita para avaliação... Eu estou chamando de reestruturação do COPAM, mas é consulta para reavaliar o COPAM. É importante que todo mundo aqui faça suas contribuições. Eu queria destacar isso.” Felipe Gomes/sociedade civil. “É assustador. É assustador. Eu, se estivesse conselheiro aqui, ficaria com muito medo pensar que segue como se nada... Assim, eu reforço a fala do Daniel: vocês estão num blefe, pessoal, vocês não fazem ideia aonde essa operação vai chegar. Vocês lembram que foram 79 mandados de busca e apreensão? Apreendeu documento lá na Cidade Administrativa. A galerinha aqui, desses coletes aqui, foi lá na Cidade Administrativa, pegou documento, pegou computador, pegou celular. Vocês viram o tanto de print, o tanto de informação que vazou? Que vazou não, que compõe os inquéritos. E aí eu pergunto, para mim é surreal a Zeladoria do Planeta continuar aqui votando. Não que a entidade esteja envolvida, não é isso que eu estou falando. O que eu estou falando é do ponto de vista da ética, da moralidade, de se respeitar uma investigação deste nível. Se realmente tem compromisso, Zeladoria do Planeta, se abstenha, saia, enquanto durarem as investigações. Eu sei que é só, como bem o Fernando Benício disse, está no CPF dele, mas o CPF dele cometeu, fez o que fez, se foi certo ou se foi errado, mas está em investigação. O que o CPF dele fez foi em função do CNPJ que ele representava. O que está citado não é o CPF dele. Se você pega os inquéritos, é influência, o que é questionado pela polícia, Fernando Benício pode me questionar se eu estiver equivocado, te peço desculpa, mas lá o que a polícia te acusa é relacionado ao que você fez enquanto dirigente, ocupando a cadeira. E aí eu faço uma pergunta. A Zeladoria do Planeta está voltando com vistas, correto? E falou que não tem nada. Correto? Quem tomou essa decisão? Fernando Benício. Porque vocês pediram vista antes de o Fernando Benício ter sido denunciado pela Operação Rejeito. O Fernando Benício teve visita técnica ao local, teve reunião com o empreendedor? Porque no caso citado na Operação

Rejeito, que teve lá o Pix de R\$ 5.000, em função de votação, parece, um trem assim de pedir de vista, que não sei o quê e tal. Quem pediu vistas desse processo? Quem foi? Eu gostaria que falasse explicitamente para ficar registrado em ata quem pediu vistas e que a Zeladoria do Planeta falasse se o Fernando Benício participou de alguma forma da análise que chegou à conclusão que está tudo ok. É assustador, é aterrorizante. Pessoal, lembrem-se, nós estamos diante do maior esquema criminoso, ambiental, mineral, que cooptou esta Comissão. Teve licença de gente que está... Vocês sabiam que nunca na história do Brasil teve uma pessoa envolvida em crime ambiental presa em segurança máxima? Nesse esquema, nós temos três, que foram lá para o Mato Grosso do Sul. Se eu não me engano, estão no presídio federal de segurança máxima. O número 3 da Polícia Federal foi preso. O presidente da FEAM foi preso. Ex, porque ele foi demitido por burburinhos e fofocas. Esse governo é tão absurdo que demite por burburinho e fofoca. Aí eu pergunto ao Yuri: 'Yuri, você não ouviu nenhum burburinho ou fofoca a respeito desse empreendimento não? Porque o comunicador oficial do governo falou que demitiu o Rodrigo Franco por burburinho e fofoca. Está até no 'Fantástico'. É assim, é medonho. Então eu faço as mesmas perguntas que eu fiz. Algum servidor, algum envolvido na Operação Rejeito, seja na ANM, seja no Iepha, seja no Iphan, teve qualquer proximidade com essa história? Qualquer proximidade? Se teve, não pode ser votado. Gente, não vota nada não. Não vota nada não. A galera aqui não está brincando em serviço, não está brincando em serviço, botem a mão na consciência, vamos suspender esta reunião enquanto é tempo." Danielle Farias Barros/Servidora do Sisema: "Bom dia de novo, Danielle Barros, servidora da FEAM, estou no movimento grevista. Não gostaria de estar não, gente, realmente é muito exaustivo mentalmente estar num movimento de greve, porque a gente tem que trazer a nossa pauta grevista para todo mundo, para todas as instâncias, e neste momento nós estamos tentando sensibilizar vocês de que sem o servidor valorizado esta Câmara nem existiria, não existiriam processos a serem votados nesta Câmara Mineral e nem em todas as outras. Então a gente não consegue compreender como vai acontecer esta reunião sem que minimamente os conselheiros votem uma moção de apoio para o nosso movimento grevista, como já foi feito no passado. Em 2016 votou-se moção de apoio ao movimento grevista, em 2020 votou-se apoio ao movimento grevista, e hoje a gente vê uma apatia deste Conselho. Uma apatia. Por quê? Mudou a composição. Qual a diferença hoje de composição que a gente não consegue nem sensibilizá-los de que sem o servidor a gente não faz política ambiental no Estado? A gente não faz política ambiental no Estado sem o servidor público. E a gente está pedindo por uma mesa de negociação, e o governo nos nega essa mesa. A gente tem 26 dias de greve, e nossos 21 pontos de pauta, sendo alguns deles já trazidos na pauta de greve anterior, que inclusive o governo não está cumprindo com o acordo da greve de 2016, que é levar para votação o nosso projeto de lei do nosso plano de carreira. Então o que eu peço aqui novamente é que esta reunião seja suspensa até que a gente consiga uma mesa de negociação e que se encerre o movimento grevista com as nossas pautas atendidas pelo governo." Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: "Agora nós tivemos nesse processo... Bom dia novamente, estou esquecendo de me apresentar toda hora. Já vou aproveitar este momento e me apresentar. Sandoval de Souza Pinto Filho, diretor de Meio Ambiente da União de Associações Comunitárias de Congonhas, membro fundador do Instituto Histórico Geográfico de Congonhas e membro da Academia de Ciências, Letras e Artes de Congonhas. Então vamos lá ao processo. Estranho, estranho, estranho. Mais uma vez a gente vê o processo ter prosseguimento com participação de uma entidade, de representante de uma entidade, porque como bem disse o Felipe nada contra o Sr. Fernando Benício, nada, o nome dele foi citado, mas por estar atrelado à entidade Zeladoria do Planeta e essa entidade ter cadeira no COPAM, na Câmara de Atividades Minerárias. Então há que se separar bem isso aí. Então quem está falando aí hoje é a Zeladoria do Planeta, e a suspeição que recaiu sobre ele, que ele até mesmo falou aí no início que está sendo investigado e tudo, os jornais também estão falando, está escrito nos jornais, nos noticiários do Brasil inteiro. É muito estranho prosseguir processo com a participação de uma entidade que tem o membro que a representa no Conselho sendo investigado pela Polícia Federal. E eu achei muito interessante nessa abstenção do Sr. José Antônio, muito sensato, um posicionamento sempre coerente que eu vejo no Sr. José Antônio. Além dos outros conselheiros. A gente participa sempre do trabalho seus aí. Mas quando o Sr. José Antônio mencionou alguma questão de possível, leve vício de integridade, os sinônimos de integridade, de ser inocente, ser puro, pureza, aquilo que é honesto, que é intacto, eles estão sob no mínimo investigação no caso dessa entidade, no caso da participação dessa entidade. Não vou nem entrar na questão dos servidores, porque os servidores, quem tem responsabilidade de apurar... Inicialmente foi falado que teria demitido, exonerado o presidente da FEAM por fofoca, por candonga, calúnia, sei lá, por algo oficioso, que não é a obrigação do Estado. O Estado tem que trabalhar em cima de legalidade, formalização. Então, estranho, muito estranho. E ontem no depoimento, na manifestação da secretária Marília, eu observei uma novidade, que foi mencionado por ela que existe um processo administrativo, depois das denúncias, sobre esse presidente. Então deveria ter vindo a público antes de a Polícia Federal ter chegado. Ou se depois que a Polícia Federal iniciou seus trabalhos esse procedimento administrativo dessa denúncia, dessa candonga, fofoca, dessa conversinha de corredores que levou à exoneração do senhor presidente estranha muito. Então essa nuvem que está pairando sobre o COPAM, sobre a CMI aqui só se resolveria, a nosso ver, com todo respeito, senhor presidente, senhores conselheiros, mediante a suspensão desta reunião. Esta reunião não deveria nem estar acontecendo. E já que está acontecendo, existe o princípio da autotutela administrativa, a administração pode voltar atrás nos seus atos, eu ainda acho que seria muito interessante se no meio desta reunião, na metade, nesta parte, nesta fase em que nós estamos agora aqui, fosse reconhecido que esta reunião pode ser invalidada num dado momento para a frente em razão dessas suspeições sobre a sua integridade, palavra utilizada pelo célebre conselheiro José Antônio. Então nós insistimos nesse pedido. E quanto à minha fala, o servidor falou aí a respeito de eu ter dito de uma parte está de greve, outra parte está investigada, a outra parte está presa, eu lembrei de uma coisa: tem uma parte também dos computadores que foram apreendidos na Cidade Administrativa, que por circunstâncias do destino podem alguns desses computadores que foram para a Polícia Federal até conter documentos desse próprio processo que está aqui em discussão e de outros." Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: "Presidente, há algumas colocações que são importantes para fazer breves esclarecimentos. Várias pessoas falaram, a Sra. Laura Lima, Felipe Gomes, Danielle Barros, Sandoval, entre outros. Algum ponto em comum que eu vejo o tempo todo essas pessoas questionando aqui a legitimidade e a integridade do nosso trabalho aqui no Conselho. Foram citados, inclusive, a Agência de Mineração, de forma explícita, e também os servidores da Agência também de forma oblíqua, na fala de alguns. Eu queria apenas registrar para o público que nos ouve que nesses três anos que aqui estou representando a Agência Nacional de Mineração jamais recebi qualquer pedido que não fosse o cumprimento da lei. E sequer recebo ligações de diretores ou dirigentes para tratar aqui da pauta, tamanha é a liberdade com que eu exerço essa representação aqui e tamanha tranquilidade com que eu faço esse trabalho. Não há, repito, não há aqui na representação da Agência qualquer compromisso com erro. Estamos aqui, estou aqui fazendo esse trabalho de ouvidos atentos para quaisquer questionamentos do item de pauta da reunião do dia. Hoje, por exemplo, não foi pontuado nada desses itens de pauta que merecesse alguma discussão do ponto de vista ambiental. Que este é o conselho ambiental. Certo? Houve acusações vazias, acusações genéricas, oblíquas e diretas, mas o nosso trabalho aqui é o item de pauta. Se as pessoas, os inscritos trazem assuntos que merecem ser discutidos, que poderiam virar uma condicionante ambiental, alguma coisa do tipo, nós vamos fazê-lo. Mas não está acontecendo. E eu tenho observado, presidente Yuri, que ao longo do tempo aparecem muitas intervenções indevidas aqui no Conselho, nos inscritos, e a nossa discussão, em vez de focar o nosso trabalho, importantíssimo, que é avaliar a viabilidade ambiental dos empreendimentos minerários, acaba sendo distorcido, o foco mudado para questões desligadas aqui do nosso trabalho. Então eu queria colocar isso dessa forma, reiterar que não há nenhuma ilegitimidade ou erro qualquer da Agência na atuação que eu venho fazendo aqui. E também foi colocado com relação à sua pessoa, presidente, coisas com as quais eu não concordo. Eu sou testemunha e faço aqui o registro público que durante esses anos eu tenho percebido seriedade na forma como o senhor conduz as reuniões e de forma alguma essas acusações vazias representam o seu trabalho. Por fim, quero registrar também, como servidor de carreira, servidor de Estado, da Agência, reconheço a importância de ter uma carreira estruturada, sólida, que dê aos servidores a capacidade de realizar o seu trabalho com dignidade, um ambiente saudável, uma remuneração compatível com as suas responsabilidades. E nesse sentido, se o Conselho entender que é pertinente, podemos fazer uma moção com dizeres simples apoiando a reestruturação das carreiras e reconhecendo a importância do trabalho dos colegas, dos servidores que fazem e preparem esse relatório aqui, que nós sempre votamos com muita tranquilidade, pela qualidade técnica que ele contém e a clareza também. Então são esses os pontos, presidente. Se algum dos colegas quiser também comentar aqui ou reforçar alguma de minhas falas, eu peço que falem também." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço o apoio do Cícero à minha manifestação, também o apoio aos servidores, na possibilidade de ser realizada uma moção. Só lembrando que a moção é uma manifestação de apoio ou de pesar que é realizada pelo Conselho em prol de alguma função, e ela é dirigida à secretária. Eu estou vendo aqui que a Renata Dutra ainda permanece aqui conosco. Renata, considerando a manifestação do Cícero, se você puder fazer um texto pequeno que poderia ser levado à moção, coloca no chat." Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: "Esse texto já está em mãos, vamos compartilhar com vocês." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Coloca no chat. E aí o Cícero, caso entenda o texto pertinente, fica como sendo como proponente da moção, e posteriormente, ao final da reunião, nós

colocamos em votação.” 9) **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A. Implantação e operação de planta de filtragem de rejeitos, atividade não listada. Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG. PA Nº 00472/2007/016/2019. SEI Nº 1370.01.0016943/2021-67. Classe 6. Apresentação: URA JEQ. Retorno de vista pelos conselheiros Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, representante do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Nathalia Luiza Fonseca Martins, representante do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); Francisco de Assis Lafetá Couto, representante do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindixtra); e Fernando Benício de Oliveira Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta.** Adendo à Licença de Operação aprovado por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindixtra, Zeladoria do Planeta e ANM. Ausências: Codemig, IHMBio e Dom Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Eu gostaria de agradecer a proposta do conselheiro da ANM, falar que é um importante movimento para nós a deliberação dessa moção. É só o começo, mas a moção em si já é um importante ponto para nós.” Thomas Pedroso Nemes/Representante do empreendedor: “Para quem não me conhece, sou Thomas Nemes, sou gerente de relações institucionais e governamentais da Anglo American. Eu queria falar um pouco sobre o contexto da Anglo American e também desse projeto. A Anglo American tem mais de 50 anos de história no Brasil. Nosso propósito é reimaginar a mineração para melhorar a vida das pessoas, e isso significa ir além da extração de recursos, é sobre gerar valor de forma responsável e sustentável. Nossa operação aqui em Minas Gerais, conhecida como Sistema Minas Rio, é localizada nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. E desde o início da operação, em 2014, temos contribuído significativamente para o desenvolvimento da região. Conceição se tornou o quarto maior exportador de minério de ferro no país e o primeiro em Minas Gerais. Entre 2014 e 2024, o município arrecadou quase R\$ 3 bilhões em Cefem, se tornando hoje a terceira cidade que mais recolhe Cefem no país. E tem um crescimento de PIB de mais de 1.400% nesse período, sendo agora o 16º PIB do Estado. Em termos de PIB per capita, Conceição é o sexto maior do Brasil e o quarto maior do Estado atualmente. Ano passado, em 2024, alcançou uma produção de 25 milhões de toneladas de minério de ferro com teor médio de 67%, que classifica como produto premium. Esse auto teor contribui diretamente para a redução das emissões de CO2 na cadeia produtiva, na produção de aço. E hoje o Sistema Minas Rio gera aproximadamente 14.000 empregos diretos e indiretos, e as pessoas de fato estão no centro do nosso negócio. Por isso, estamos empenhados em manter o ambiente organizacional que preza pela segurança, valorize nossos empregados e promova o bem-estar das comunidades das quais fazemos parte. Essa visão orienta todas as nossas decisões, desde como que mineramos até como que nós relacionamos com os territórios onde atuamos. Dessa forma, desde o início da operação, já investimos quase R\$ 900 milhões em parcerias institucionais, incluindo infraestrutura, saúde, segurança pública, meio ambiente, programas sociais e diversificação econômica. Utilizamos 100% de energia elétrica renovável, protegemos 22.000 ha de áreas naturais. Especificamente o projeto da planta de filtragem, nasceu de uma condicionante em 2018. Essa condicionante solicitava um estudo de alternativas que reduzissem ou eliminassem o uso de barragens para disposição de rejeito. Estudamos várias alternativas, definindo a filtragem como principal solução para diminuir a quantidade de rejeitos a serem enviados para a barragem. Isso trata-se de uma tecnologia moderna de filtragem a vácuo, que separa a água da polpa de rejeitos, permitindo seu reaproveitamento no processo produtivo e reforçando também a responsabilidade ambiental e o compromisso com a eficiência operacional na gestão hídrica. E com investimento de R\$ 5 bilhões e início de operação previsto para ano que vem a planta evitará lançamento de 85% dos rejeitos na barragem, eliminando também a necessidade de implantação de uma segunda barragem na Mina do Sapo, conforme estava previsto nos estudos iniciais do Sistema Minas Rio. A planta está instalada em área já licenciada, utilizará a pilha de estéril existente para disposição de material filtrado. E além disso a gente busca ir além, buscando, estudando outras parcerias e formas de usar os produtos a partir dos rejeitos, buscando também avançar na economia circular. Então nós estamos também desenvolvendo projetos voltados ao uso de bloquetes para asfaltamento de vias municipais na região em que nós atuamos. A obra vai permitir contratação de cerca de 30% de empregos na região, e uma vez em operação a planta prevê contratação de mais de 300 empregados, com aproximadamente 70% compostos por trabalhadores locais. Esse é um projeto estratégico para a continuidade do Minas Rio, e mais do que atender uma condicionante estamos adotando uma estratégia integrada para gestão de rejeitos que reforça o nosso compromisso com mineração segura, eficiente e sustentável, que respeita o meio ambiente e gere valor para as comunidades. Acreditamos que é possível minerar com responsabilidade, com transparência e impacto positivo. O nosso time está aqui à disposição dos conselheiros e da presidência, caso alguém tenha alguma necessidade de esclarecimentos.” Felipe Gomes/sociedade civil. “Nobre conselheiro Cícero, da ANM, eu não estou falando não são denúncias vazias. Não sei se foi para mim que você falou. Em momento nenhum citei o seu nome. Na verdade, a questão aqui, a ANM participa das duas operações, tanto da Parours, que foi antes dessa, em março, aonde nós tivemos busca e apreensão no Leandro, superintendente regional da ANM, e também no Claudinei. E nesta operação foram alvo o diretor da ANM, Caio Mário Trivellato Seabra, o Guilherme Santana Lopes Gomes e o Leandro César Ferreira também, se eu não me engano. Então não é coisa. Para você ter uma ideia do que a gente está falando, as provas, estou lendo aqui uma reportagem intitulada, essa reportagem veio do ‘Observatório da Mineração’, se eu não me engano: ‘Diretor da ANM, ex-chefe da PF e ex-deputado mineiro estão entre os alvos da megaoperação que desmantela fraudes bilionárias no setor mineral em Minas Gerais’. ‘As provas reunidas demonstram o uso intensivo de empresas de fachada e movimentação de dinheiro em espécie. Gilberto Horta...’ Isso eu estou lendo da reportagem do ‘Observatório da Mineração’. ‘Gilberto Horta, apontado como articulador junto a órgãos públicos, admitiu receber repasses regulares de R\$ 7.500 para pagamento de propina a servidores da ANM e da SEMAD.’ Está aqui na reportagem. Então nós estamos trazendo fatos gravíssimos, gravíssimos. E a ANM, assim como os demais, deveria também. Eu sei que você provavelmente não tem nada a ver com isso, nem sei se seu nome está citado, se não está, mas o da instituição está. Então até que as investigações sejam conclusas deveria ser suspenso. Eu estou aqui no meu direito constitucional, do artigo 225, de lutar pelo meio ambiente equilibrado para as gerações atuais e futuras. Se você discorda, paciência, mas eu estou aqui exercendo esse meu direito. Nada pessoal contra nenhum dos servidores aqui, mas é muito grave o que foi desbaratinado quarta-feira da semana passada. Então reflita sobre isso também. Ai eu aproveito e queria questionar à Verônica Nascimento França se ela tem algum parentesco com a Débora França, que foi alvo da operação. Não sei se tem. Eu estou perguntando se tem e gostaria que me respondesse. Só porque, se tiver, com a Débora Maria Ramos Nascimento França, que era superintendente do Iphan, que foi alvo da operação, se existir algum parentesco, acho que existe algum conflito de interesse, talvez, não sei. Estou aqui questionando, perguntando de forma muito explícita. E o nobre conselheiro Cícero falou: ‘Ah, estão falando, não estão falando nada a ver com licenciamento’. No licenciamento ambiental, se avalia a questão de anuência, da consulta livre, prévia e informada. Então eu pergunto aqui, nesse processo, as anuências todas foram concedidas ou está se concedendo algo futuro, igual no caso da Fleurs, no caso da CSN? E pergunto se alguma das pessoas desses órgãos, Iepha, Iphan, ANM, que estão citadas na operação assinaram, intervíram, assinaram, participaram, analisaram algum documento que compõe esse processo? Foi essa pergunta que eu fiz no outro, e não me responderam. O servidor da ANM que está aí, que é conselheiro não sei quantos anos, não respondeu. Gostaria de perguntar se essas pessoas, o Caio Mário Trivellato Seabra, o Guilherme Santana Lopes Gomes, Leandro César Ferreira de Carvalho e o Claudinei, que eu esqueci o resto do nome dele, se por acaso, só para saber, só para deixar registrado, se algum deles assinou qualquer documento que compõe esse processo de licenciamento ambiental e também o processo mineral. Que para ter um processo ambiental você precisa ter um processo mineral. E segundo a Polícia Federal, nesse esquema de corrupção sistêmica, inclusive, fala lá sobre uma mudança de uma Resolução da ANM, da votação da NM, fala lá no valor de R\$ 2.700.000 de prêmio para mudança numa Resolução da ANM, que veio a cabo, que ocorreu. Então eu estou perguntando, no meu dever de cidadão. É isso, obrigado, gostaria de ouvir as respostas.” Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Olá, presidente, senhores conselheiros. Eu novamente. Primeiramente registrar que já incluímos no chat a proposta de moção. Então solicitamos que enquanto no decorrer da reunião os senhores conselheiros já possam ir apreciando e fazendo alterações que julguem incabíveis. Mais uma vez estamos aqui numa interferência civilizatória mediante essa reunião. E estamos aqui neste item de pauta e vamos tentar utilizar dos pareceres de uma forma simbólica para traduzir parte dos pontos da pauta que o nosso movimento está trabalhando. E aí, por exemplo, quando temos no contexto das atividades minerárias, que é uma das tipologias mais complexas de análise técnica, enfim, e jurídica que tratamos nos nossos processos de licenciamento ambiental, e aí de forma simbólica tem até esse parecer que traz dois códigos, que são, podemos dizer, dos códigos mais temidos pelos analistas quando a gente vê códigos de pilhas de rejeito e estéril, códigos de barragem de contenção de rejeitos ou de resíduos ou rejeitos da mineração. Então são códigos que naturalmente vão trazer estudos complexos para a análise e consequentemente vão demandar uma equipe robusta, interdisciplinar, para que possa elaborar um parecer da forma mais robusta possível. E aí, só de forma ilustrativa, por exemplo, esse parecer, tem dois técnicos assinando. É um parecer de adendo, tem 36 páginas, pode ser que de fato tenha sido uma matéria, um conteúdo tranquilo de ser trabalhado, para trazer para deliberação aqui nesta Câmara, mas ao mesmo



tempo pode ser que não. E aí nessa situação do pode ser que não, de repente, essas duas assinaturas signifiquem muito daquilo que estamos trazendo aqui. Quando falamos sobre a questão da realização do concurso público, ontem mesmo na Assembleia a secretária admitiu o déficit de mais de 400 servidores no nosso quadro. Então isso já está posto. Então reforça esse cenário, essa questão de um dos nossos pleitos. E ao mesmo tempo também, traduzindo para os senhores conselheiros, porque nós queremos que vocês também sejam propulsores dessa causa. Muito mais do que o meio ambiente, os servidores do meio ambiente estão em greve. Por que os servidores do meio ambiente estão em greve? Então nós queremos que cada um dos conselheiros tenha muito claro cada um desses pontos. E aí trazemos aqui outros dois pontos que dizem respeito a recomposição por perdas inflacionárias. O próprio presidente Yuri está aí desde 2006 conosco na carreira, a gente teve desde 2012 apenas dois reajustes, já acumulando 85% desse déficit. E aí estamos falando de recomposição por perda inflacionária. É algo que a gente entenderia que não mereceria nem discussão. E aí um outro ponto também que é importante que vocês conheçam, dessas 21 pautas, que hoje o salário do servidor, 70% dele são gratificações. A remuneração básica está nos 30%, vamos dizer. E essas gratificações, os penduricalhos que a gente chama, um deles é o PMI, que é o Plano de Metas e Indicadores, em que a gente recebe esse valor por conta da nossa produtividade. Porém, o servidor quando está usufruindo de férias, de afastamentos, de qualquer coisa, consultas, ele não recebe esse valor. Então um dos nossos pleitos também é para que esses valores passem a ser recebidos durante esses períodos. Então é só traduzindo para os senhores conselheiros, neste ato de sensibilização, um pouco dessa realidade. E ainda fazendo uma ponte, interface com os pareceres aqui apresentados e o que a gente consegue trazer de leitura para vocês.” Daniel da Mota Neri/Sociedade civil: “Deixa eu só esclarecer a fala com relação ao blefe, presidente Yuri, que você acabou confirmando exatamente o que eu disse, que é, quando a pessoa está blefando, ela não muda o tom de voz. Como você diz, ‘nosso costureiro’, que desde 2008 está aí como servidor de carreira e tal. É isso mesmo. Quando o trem aperta, o cara que blefa mantém a pose, ele não sua, ele não treme. E aí, infelizmente, eu tive que dar uma olhadinha aqui no seu LinkedIn, que desde 2008 você é o coordenador do núcleo jurídico que dá assessoria para as Suprams. E a gente teve, por exemplo, em 2018, a reunião que alterou a classe do Córrego do Feijão de 6 para 4, articulado pelo Sr. Rodrigo Ribas, responsável direto pelo massacre de 270 pessoas. Você estava coordenando o núcleo jurídico que dava assessoria para o COPAM, para as Suprams. Viu esse rebaixamento de classe absurdo que aconteceu no licenciamento do Córrego do Feijão e passou, passou bonitinho, impune. As pessoas foram destroçadas pela lama cerca de um mês depois daquela reunião fatídica. Eu de fato não acompanho muito as reuniões, mas eu estudo as reuniões, estudo profundamente. Sobre o colega da ANM, Cícero, está bom no blefe também, está bom, está seguro, defendendo o colega, defendendo a legalidade dos processos e a legitimidade. Vamos baixar a bola, galera. Vou ter que abrir mais mão da formalidade ainda. Vão baixar a bola, porque seus colegas estavam envolvidos em esquemas gravíssimos de corrupção. Então tem que ter um pouquinho de humildade, porque vai cair mais gente. O cara que era o presidente desta Câmara, o Breno Lasmar, no Córrego do Feijão, está preso. A Anglo American pagou aí de posuda, como sempre. Que lindo, responsabilidade, sustentabilidade. Alteou a barragem, está alteando a barragem, violando a Lei Mar de Lama Nunca Mais, sob a supervisão desta Câmara, sob os aplausos desta Câmara, sob os votos complacentes desta Câmara. Então é preciso deixar registrado no YouTube, que grava esta reunião, ainda haverá desdobramentos dessa operação, e quem está aí sentado, tranquilo, esticando a corda cada vez mais vai cair. A sociedade civil está atenta e não vai deixar quem comandou esse esquema de corrupção dentro da SEMAD, dentro da ANM passar batido.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Daniel. Só para explicar, se o senhor está estudando os Conselhos, as reuniões, o senhor deveria estudar mais um pouquinho, inclusive, as minhas atribuições, que estão dispostos no Decreto 47.749, e as minhas atribuições aqui dentro do Conselho, que estão dispostas na Deliberação Normativa COPAM 247. Quando eu coloco no LinkedIn que sou assessor jurídico da Supram Norte – lá não está atualizado –, é da URA Norte. As disposições estão lá no decreto, as minhas atribuições. Quando eu faço presidência aqui, e aí eu falo para o senhor, eu faço assessoria ou presidência desde 2008. As minhas atribuições anteriormente estavam em outra deliberação e agora estão na Deliberação 247. E assim eu vou seguindo em relação à minha serenidade, ao meu tom de voz e a minha educação com o senhor e com os demais e vou seguir da mesma forma. Não irei me alterar porque eu me alterando aqui não acresce em nada a manifestação dos senhores ou daqueles que estão aqui e, principalmente, ao Conselho. Serei sereno, serei educado com o senhor e com os demais. E o senhor atenha, por favor, às minhas atribuições e aproveite para estudar mais um pouquinho em relação às atribuições que estão no decreto e ao Regimento Interno.” Sandoval de Souza Pinto Filho/Sociedade civil: “Este ponto de pauta traz uma situação em comum com o que vivenciamos em Congonhas, que é o avanço das pilhas. Na fala da Renata, eu percebi que tem algum item de pilha nesse processo. Pelo menos, salvo engano, da minha parte, eu entendi dessa maneira. E é muito interessante que nas reuniões passadas, duas, parece-me até na última, nós falamos disso, da questão da apresentação da ANM sobre pilhas. Então eu já trago o assunto ao Sr. Cícero. Senhor Cícero, essas manifestações nossas aqui são totalmente legítimas, isso aqui é um espaço que tem a obrigação de ser democrático. Então a condução do presidente está sendo muito escoreita, como sempre. Como sempre, nessa parte de condução de reuniões, eu sinceramente não tenho nada a reclamar. Pelo contrário, eu elogio a forma que está sendo conduzida. Só que a legitimidade desta reunião é questionável, como dissemos já nos outros itens. O Sr. Cícero poderia... A respeito do processo que está em análise, eu gostaria de trazer um dispositivo legal da Lei Federal 12.608, que já foi invocado aqui por nós em licenciamentos de pilha da CSN aqui em Congonhas, da própria pilha Fraile, que eu ainda vou falar dela um pouco mais em Assuntos Gerais. A 12.608, de 2012, que é a Política Nacional de Defesa Civil. Ela exige ao seu artigo 12B que anteceda a esse dispositivo, exige que deve ser apresentado, é condicionada à emissão de licença a apresentação de um plano de contingência. Então eu gostaria de saber do Sr. Cícero, se possível, se essa atribuição for da ANM ou não, inclusive, até dos próprios representantes da empresa, se entenderem por bem de informar, e dos servidores da FEAM, a respeito desse ponto em específico. É lógico que o servidor de greve talvez não possa fazer a manifestação. O servidor que estiver, infelizmente, preso, talvez também não possa. E aquele que estiver sem computador também. Às vezes a Polícia Federal levou algum computador desses que tenha algum dado desse processo, dessa coisa que eu estou perguntando, e de fato vai ficar mesmo impossibilitado de fazer a resposta. Mas então refazendo aqui, só para ficar mais alinhadinho, Política Nacional de Defesa Civil, Lei Federal 12.608, o que determina o artigo 12B. Foi cumprido para esse licenciamento? Porque está se pleiteando aqui emissão de licença. Então, como a lei é explícita, o dispositivo é claro em dizer que antecede, que é obrigação, antes da emissão da licença, essa apresentação do plano de contingência para empreendimentos que envolvem risco. No caso, pilha envolve risco, barragem envolve risco e outros mais. Estamos vendo o que está acontecendo pelo mundo afora com as mudanças climáticas e tudo. Então fica a indagação para o Sr. Cícero, aliás, para a ANM, representada na pessoa do Sr. Cícero, para os representantes da empresa e para os servidores da FEAM que não estiverem de greve nem presos ou sem computador levado pela Polícia Federal.” Sara Michelly Cruz/URA Jequitinhonha: “Bom dia, senhores conselheiros. Em relação ao processo, como vocês puderam ver, quem leu o adendo, as atividades que estão listadas na capa de pilha e de barragem dizem respeito ao processo ao qual o adendo está se relacionando. Não necessariamente este adendo está tratando de um processo de pilha. O processo de adendo é para uma atividade não listada, e o adendo é decorrente da informação do empreendedor da implantação da planta de rejeitos e da constatação que nós tivemos de que essa implantação traria um acréscimo de impactos ao empreendimento que não haviam sido avaliados. Por isso o adendo. Não é nenhuma atividade listada, e é devido ao incremento de impactos, conforme prevê o Decreto 47.383. Em relação aos riscos da pilha, na verdade, nós entendemos que é uma redução de riscos, porque está aumentando a vida útil da barragem existente ao fazer uma drenagem e a disposição de rejeito em pilha, não mais no barramento. E a área de pilha que vai ser utilizada é uma área de pilha já licenciada, então não está tendo uma nova intervenção ambiental para uma área de disposição desse rejeito. Vai utilizar áreas de pilhas já licenciadas. Nós entendemos que, como se trata de um adendo, não é uma nova licença, não foi enquadrado na questão de novos licenciamentos, sem a remoção do pessoal que reside abaixo do barramento. Em relação aos processos do Iphan, quando do licenciamento inicial do empreendimento, ele obteve a autorização do Iphan, inclusive, ele realiza diversas ações decorrentes dessa autorização, que foi uma autorização com condicionantes do Iphan. E para esse processo, como se trata de um adendo, não de uma nova licença e não da exploração de novas áreas, não foi necessária a nova manifestação do Iphan para a área do adendo. O empreendimento já possui a autorização do Iphan.” **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 10.1) Viridis Mineração Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção; Pilhas de rejeito/estéril; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Poços de Caldas/MG. PA/SLA nº 634/2025. ANMs: 007.737/1959, 009.031/1966, 830.927/2016 e 830.113/2006. Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão**: “Eu estou retirando de pauta por solicitação da DGR, em função de documento acostado ao processo de forma superveniente, que merece ser analisado,



inclusive, com a possibilidade de alteração do Parecer Único, o item 10.1... Então, conforme já justificado, o processo está sendo retirado de pauta e retornará posteriormente.” **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PREVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”.** **11.1) Britagem Três Irmãos Ltda. Usinas de produção de concreto asfáltico; Britamento de pedras para construção; Extração de rocha para produção de britas; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção. Uberlândia/MG. PA/SLA Nº 18241/2025. ANM 832.165/2001. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA TM.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra e ANM. Ausências: Codemig, Zeladoria do Planeta, IHMBio e Dom Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Felipe Gomes/sociedade civil. “Bom dia. É assim muito estranho não ter as respostas das perguntas, mas vamos lá, eu vou reforçar aqui as perguntas. Eu não sei se a Verônica Nascimento França respondeu, eu não ouvi. Ela tem algum parentesco com a Sra. Débora França, que é conselheira? Se ela tem algum parentesco com a Sra. Verônica Nascimento França. Só responder se tem ou não. Sobre este empreendimento, volto a perguntar: teve concessão de anuência de algum desses órgãos? ANM, eu gostaria de ouvir você. Algum desses servidores que eu vou citar o nome aqui. Caio Mário Trivellato Seabra, Guilherme Santana Lopes Gomes, Leandro César Ferreira de Carvalho, Claudinei Cruz. Algum desses servidores assinou algum documento que concedeu essa autorização? Se puder informar se teve ou não, acho que seria interessante a gente saber. Porque eu volto a dizer, é muito triste isso que a gente está vendo aqui em Minas Gerais. Muito, muito, muito triste. E reforço aqui. A Zeladoria do Planeta. Eu queria ler uma matéria, saiu agora no ‘Observatório da Mineração’: ‘ONG citada na Operação Rejeito pagou o estudo que reduziu mais de 50% da APA, área de preservação ambiental, no Jequitinhonha, favorecendo mineradoras de lítio. A Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta, organização social que representa a sociedade civil no COPAM, pagou R\$ 8.000 nesse estudo.’ Ai eu gostaria de perguntar à Zeladoria do Planeta e à FEAM se na medida judicial que determinou o afastamento do Fernando Benício citava era somente o CPF dele, não tinha nada a ver com a Zeladoria. Só queria pedir que confirmassem isso, até para ser respondido aqui. Mas é isso, pessoal, eu fico... É que eu estou muito chocado desde tudo que aconteceu e ver esse ar de assim continuar tocando a vida como se isso não fosse uma coisa gravíssima. A Polícia Federal foi lá dentro da Cidade Administrativa, recolheu computadores, recolheu celulares, recolheu processos. E vou aproveitar aqui como ex-servidor da SEMAD, inclusive, passei no mesmo concurso que a atual secretária, deixar aqui todo o meu apoio aos servidores, aos servidores do Sisema que estão de greve há 26 dias, que é uma carreira que está com 80% de defasagem. Pelo que a secretária falou, são 400, acho que 450 vagas em defasagem. E o governador, que dá aumento de 300% para si mesmo, fala que por responsabilidade fiscal não pode fazer concurso, não pode dar aumento. Teve uma fala de um servidor que me falou que ele demorou não sei quantos anos para receber uma calça para ir fazer fiscalização e uma bota e que rasgou. Eu fiquei lembrando, eu enquanto servidor, que fui nesse concurso de 2006, entrei na SEMAD como estagiário, depois fui bolsista. Lá era pela Fundep que a gente era contratado. Depois fui servidor de carreira, SEMAD, FEAM. Nunca tive uniforme, nunca recebi bota. Andava num ‘Uninho’, fui e fiz a implantação das Suprams. Eu queria deixar aqui uma lembrança de nosso amigo Augusto Lio Horta, que cometeu autoexterminio. E conhecendo bem o quanto eu conheço, conhecia Augusto, tenho certeza que muito do que levou ele a cometer o que fez tem a ver com isso que está sendo desbaratinado pela Polícia Federal.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil. “Vamos continuar exercendo o nosso dever cívico... Volto ao ponto que o Sr. José Antônio falou da integridade. Questionamos inteiramente a integridade desta reunião, a validade e pedimos, insistimos em pedir aos senhores conselheiros que no ponto que está, se ainda tiver jeito de voltar atrás, parar, tirar esses processos de pauta. Alguns já foram votados. Mas está acontecendo aqui uma coisa muito estranha mesmo, de fato, porque, se está sob investigação o próprio funcionamento, a própria condição de inocência de vários e importantes atores, não só os servidores de carreira, mas também parece-me que os que se envolveram, os que foram presos mesmo, que a Polícia Federal fez a busca e apreensão, ao que consta foram esses nomeados, esses comissionados, uma grande parte, pelo que a gente soube. Eu não sei falar aqui em detalhe. Então essa questão de a reunião estar prosseguindo, de a reunião estar sendo realizada está nos preocupando. E a exemplo do que foi dito também pelo Felipe, enquanto membro da sociedade civil, como um cidadão, eu presto meu apoio, a minha solidariedade ao quadro de servidores da FEAM, do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Porque quando a gente dependeu de lidar com as pessoas geralmente operacionais e tudo aí, aqui mesmo nas reuniões, quando eu acabei de me referir ao senhor presidente, e outros mais, a gente tem sido muito bem atendidos, em sermos ouvidos e tudo. Porém, na hora das decisões, na hora de os sistemas funcionarem... A gente não está fulanizando, não está trazendo isso para pessoas, isso nasce até mesmo em alterações legislativas, em decretos. O que piorou, o que em termos de efetividade o presidente é um estudioso da participação popular nos processos de licenciamento ambiental. E por coincidência, senhor presidente, a minha modesta tese monográfica quando formei em direito também foi exatamente o mesmo tema, só que em outro tempo, lá em 2010. A gente tentando entender como é que funcionava a participação popular nos processos de licenciamento. E comecei a fazê-lo lá no bairro Pires, que hoje é um dos mais prejudicados pela mineração talvez no mundo. Parece uma zona de guerra, uma coisa louca, com CSN de um lado, Vale do outro, Gerdau do outro e Ferro+ do outro. E todo mundo expandindo e todo mundo fazendo mineroduto e fazendo estrada e fazendo ampliação de mina e fazendo cava e fazendo pilha. E as pessoas de lá tendo sua voz cerceada em reunião, como o senhor presidente teve a ingrata oportunidade de presenciar e coibir. Eu vi o seu posicionamento na reunião, mas de representantes ligados à Fiemg de atravessarem falas, uma pessoa vestida com prosperidade, desenvolvimento sustentável, uma roupa amarela. Até prefiro não falar o nome da pessoa, porque a Fiemg foi instada a se manifestar sobre aquele assunto daquela reunião, daquela audiência, nós falamos dela ontem na Assembleia Legislativa; a Fiemg, instada a falar sobre aquilo, falou que para ela é normal. Falou, não, escreveu no e-mail. Nós apresentamos isso ontem na Assembleia Legislativa. Então, senhor presidente, a gente tem muito que evoluir ainda enquanto sociedade nessa exigência legal que é a participação popular dos processos de licenciamento ambiental ser efetiva. É isso que a gente está tentando fazer aqui.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Sandoval. Eu peço licença só para me alongar um pouquinho. Como o Sr. Sandoval falou, o tema da minha dissertação do mestrado – defendi agora em agosto, 15 de agosto do corrente ano – é a participação popular nos processos de licenciamento ambiental. Vou ver se um momento posterior, Sr. Sandoval, eu trago os resultados dessa dissertação. Ela teve a participação dos servidores públicos e aqui de parte dos conselheiros. Então vou ver, depois, já que o senhor gosta desse tema, eu vou mandar a monografia, digo, a dissertação. Já está corrigida, já pronta para depósito no repertório da Ufop. E eu até chamo atenção, no primeiro artigo, eu levanto todas as hipóteses de participação popular na esfera administrativa, legislativa e judicial. Eu posso falar isso porque eu pesquisei muito, não se acha nesse quadro igual em nenhum outro livro. Então quem quiser ter o passo a passo de como está fazendo jus a participação popular, seja no Legislativo, seja no Judiciário e seja no Administrativo, é só pegar o primeiro capítulo da minha dissertação, que está descrito o que tem que fazer, qual é a previsão legal e quais são os instrumentos para cada item. Eu vou fazer uma apresentação, posteriormente, nesta Câmara e na CNR, quando houver oportunidade... Abro a palavra ao Conselho. Alguma ponderação, manifestação? Sem manifestações. Passo a palavra à URA Triângulo de Minas. Tem algum destaque? Sem destaque.” **12) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **12.1) Sandra Mineração Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários. Prudente de Moraes/MG. PA/SLA Nº 2112/2023. ANM: 814.029/1968. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM.** Adendo à Licença de Operação aprovado por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra e ANM. Ausências: Codemig, Zeladoria do Planeta, IHMBio e Dom Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Senhor presidente, senhores conselheiros, mais uma intervenção de ordem civilizatória. E aqui nós temos o parecer da Sandra Mineração, localizada no território de Prudente de Moraes. Enfim, nós estamos distribuídos em regionais no Estado, as nossas Unidades de Regularização. Então a grande maioria dos empreendimentos e dos processos com que lidamos e analisamos demanda deslocamento, através dos nossos atos fiscalizatórios, realizações de vistoria. E uma vez que o servidor de meio ambiente se desloca até o local ele precisa de um veículo para se deslocar até o local, precisa que seja recebida uma diária para que ele tenha condições de pernoitar nesse local, a depender do tempo e da demanda de trabalho. E a depender ele é exposto a atividades de risco ao desenvolver essas atividades. E eu digo isso por quê? Porque nesta simples fala aqui eu já consegui trazer uma abordagem de três pontos, dos 21 que estão na nossa pauta de greve. Um deles que é a questão da frota do Sisema acobertada por seguro. Muitas das vezes a gente se desloca para esses locais numa frota que não está acobertada por seguro, o servidor responde por tudo que ocorrer. Eu citei aqui também a questão das diárias, porque às vezes o servidor tira do bolso para poder conseguir complementar a diária para poder estar no local, ainda que o decreto distinga o que é município especial, o que não é. Mas a gente também já está com uma defasagem na casa de uns 15%, exceto referente a esses valores. E aí eu falo também da

questão de exposição a atividade de risco, porque nós temos como item de pauta também a questão de adicional por insalubridade, periculosidade e penosidade, que hoje é realidade zero no Sisema. E como já exposto por outros colegas, ainda nesse cenário de fiscalização e desse quadro de a grande maioria da remuneração ser por gratificação, existe também uma gratificação por atividade de fiscalização. E essa gratificação, nós estamos no ano de 2025, ela se encontra no mesmo valor que foi pago em 2014. O mesmo valor de 2014 é o que se mantém no ano de 2025. Então a gente também traz mais essa questão da correção desses valores. Então estou aqui traduzindo para vocês mais uma vez, sensibilizando e trazendo transparência a esse movimento grevista para todo este Conselho. Agradeço a atenção.” Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Eu queria só destacar os pontos colocados pela Renata novamente, da importância dos servidores e da importância do estabelecimento de uma mesa de negociação para os 21 itens da nossa greve.” Felipe Gomes/sociedade civil. “Eu queria fazer um questionamento. Não me respondem, mas a gente vai questionando para depois não dizer nada. Eu volto a reforçar, Verônica Nascimento França e Débora França têm algum relacionamento de parentesco? A conselheira com essa pessoa lá. Podia responder sim ou não. Porque se não responde a impressão que dá é que é. E se é me preocupa estar votando aqui processos. Bom, paciência. Na decisão judicial da Operação Rejeito, de 11/9/2025, 380003386320, determinou com fulcro no artigo 319-4 do CPP, no artigo 17D da Lei 9.613/98, afastamento da função pública de Fernando Baliani, FEAM; Breno Esteves Lasmar, IEF; Fernando Benício Oliveira Paula, COPAM. ‘Conforme fundamentos expostos, ressalta-se...’ Está aqui escrito assim: ‘Ressalta-se a proibição de acessarem as instalações físicas dos órgãos em quem trabalhavam, bem como seus sistemas informatizados.’ Esse sistema informatizado que o Fernando Benício falou no início desta reunião pode ser entendido como COPAM, como um sistema informatizado do COPAM. Se este sistema informatizado do COPAM é um sistema informatizado do COPAM ou da FEAM ou do IEF... É no caso do COPAM, não é? Eu entendo que o Fernando Benício não poderia ter acessado. Se isso aconteceu, aí eu queria que fosse feito pela assessoria jurídica da executiva do COPAM aqui se não teve um descumprimento disso, de permitir que o Fernando Benício acessasse esta reunião. É um questionamento. E se tiver ocorrido eu gostaria de dizer então que esta reunião pode ter sido maculada. Não? Inclusive essas decisões? E aí eu chamo aqui novamente os conselheiros, gente, a coisa da investigação, os 79 mandados de busca e apreensão. Inclusive, a pessoa que falou aqui, o Fernando Benício, ele está dentro daquela busca e apreensão totalizando R\$ 1,43 bilhão. Ele é alvo disso. Ele falou aqui nesta reunião. Aí eu pergunto. Se quiserem eu mando aqui, mas é a página 90 de 104 da Representação Criminal 6325374-44.2025.4.063800. ‘Ressalta-se’, entre aspas: ‘Ressalta-se a proibição de acessarem as instalações físicas dos órgãos em que trabalhavam, bem como seus sistemas informatizados.’ Esta licença que usa para fazer esse Zoom, ela foi adquirida por esses órgãos? Porque fica aqui um limbo jurídico. E se estiver em contradição eu peço que seja avaliado pela presidência a pertinência de se... Não, não pode retirar da ata, não, desculpa, não peço isso não, porque isso, inclusive, vai configurar como eventual comprovação de que falou aqui. É muito grave, gente, tudo isso que está acontecendo. E não são acusações infundadas, como disse o servidor da ANM. E por mais que eu sei que ele não vai me responder eu vou perguntar novamente ao servidor da ANM: por um acaso... Caio Mário Trivellato. Vamos buscar aqui nessa mesma decisão judicial... Mas eu pergunto: teve anuência do Iphan, do Iepha no âmbito desse processo? Teve consulta livre, prévia e informada? Os servidores Caio Mário Trivellato Seabra, Guilherme Santana Lopes Gomes, Leandro César Ferreira de Carvalho e Claudinei da Cruz, algum deles assinou algum documento relacionado a esse processo? Os servidores do Iepha e do Iphan atuaram de alguma forma? Rodrigo Franco, Breno Esteves Lasmar, Baliani, Vítor Salum. Algum deles participou de alguma reunião, assinou algum documento, teve qualquer influência em algum desses processos, neste processo de alguma forma? E reforço aqui, secretária Marília, que, assim como o Fernando Benício, defendeu as investigações, se afaste, deixe as investigações correrem, até para mostrar que você não tem nada, que você era uma vítima, como você disse. Você foi ameaçada por essa organização criminosa. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Só responder um questionamento em relação à participação do Sr. Fernando no item da votação da ata. Entendo que, eu sempre prezo pela participação popular em todos os processos. Como disse, é tema da minha dissertação de mestrado. Eu entendo que a participação dele no momento da votação da ata não macula os processos que foram julgados. Uma vez que ele foi afastado como conselheiro, ele não agiu como conselheiro e sim como inscrito. E se houver alguma penalidade aí sim o juiz vai determinar que isso se faça a ele, que desobedeceu a uma ordem, algo nesse sentido, a uma determinação judicial. Mas respondendo à pergunta do senhor eu entendo que aquela participação, no momento que foi da votação da ata, não macula o julgamento dos processos que vieram posteriormente.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Agora sim boa tarde a todos os conselheiros, ao senhor presidente, a todos que estão assistindo esta reunião. Novamente, a gente precisa de falar um pouco aqui da efetividade da política ambiental em Minas Gerais, e ela que está sendo questionada nesses processos. Então o processo que está sendo julgado neste momento, o processo que está sendo tratado aqui agora nesse ponto de pauta está inserido num contexto que inclui Minas Gerais inteira. O que está sendo questionado é a possibilidade, a validade, a legitimidade do funcionamento, da continuidade do funcionamento desta reunião da CMI. Então reforço novamente o que disse o Sr. José Antônio, há suspeitas de integridade. Ele não diz que há suspeita, ele diz que pode haver, por menor que seja, alguma possibilidade de vício de integridade. Então, diante disso, a gente insiste em que a validade desta reunião seja discutida, seja questionada internamente pela alta administração da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, notadamente pela secretária Marília, que se manifestasse a respeito. Num momento oportuno que ela entender por bem, viesse a público falar o porquê de estar sendo realizada esta reunião. O Felipe falou agora da participação inicial do conselheiro, ex-conselheiro, não sei, afastado, o conselheiro afastado, Sr. Fernando Benício. No início da reunião, o senhor presidente permitiu a fala, como não interrompeu ninguém até agora, também não vi interromper ninguém. Ótimo. Porque ele falou fora do ponto de pauta, colocou posições dele a respeito do processo e tudo. Isso é questão dele mesmo, e ele que sabe para lá. Mas as consequências da continuidade dessas votações perante um processo investigativo que está ocorrendo, é uma coisa muito estranha porque a própria entidade em que ele cumpria o papel de conselheiro aqui neste Conselho, ela se faz representar e está votando nos processos, está devolvendo pareceres em alguns casos, outros não, se deu por suspeita. Então, sinceramente, senhor presidente, senhores conselheiros, de fato, a gente insiste de que está muito estranho... Essa continuidade. Está muito estranho. E eu vou aproveitar este momento aqui agora. O Felipe falou o nome dos implicados da ANM na operação. Eu vou falar dois nomes aqui de pessoas, se não me engano são diretores. Deixar bem claro, não estão implicados na operação da PF, não estão. Essas pessoas, o que eu vou falar delas? Elas se reuniram com a população de Santa Quitéria virtualmente, a pedido dos mandatos da deputada Célia Xacriabá e da Duda Salabert, um dia depois da injusta imissão de posse feita na casa do Sr. João Batista, em Santa Quitéria. Que era tirar sitiante para colocar pilha. Sem licenciamento ambiental. Um processo que foi revertido, graças a Deus, na Justiça Federal, porque não houve consulta livre, prévia e informada à comunidade, sequer licenciamento ambiental tinha sido instaurado. Então o nome desses dois servidores da ANM, Sr. Cícero, eu vou citar aqui. Reforço, não como implicados na operação da Polícia Federal, mas como participantes – e foram até muito atenciosos, por sinal – com a população de Santa Quitéria na questão da pilha Maranhão Sul 1, que é objeto de apenas um decreto de desapropriação do governador Zema, em julho de 2024. Está me faltando o número, 496. O Sr. Tasso Mendonça Júnior e o Sr. Roger Romão Cabral. Se o Sr. Cícero se dispuser a fazer contato com essas pessoas, a via talvez não seja nem muito adequada a essa, mas, como nós estamos discutindo questões de pilhas, questões de licenciamento, de direitos minerários, essas pessoas, Sr. Tasso Mendonça Júnior e o Sr. Roger Romão Cabral, estão bastante informados a respeito dessa implantação de pilha em Santa Quitéria pela Companhia Siderúrgica Nacional, esse intento de implantação de pilha, sem licenciamento ambiental e somente com um decreto desapropriatório. O assunto está sendo tratado na Justiça federal. Fica o pedido para o Sr. Cícero, se dispuser a fazer isso. E quanto ao processo esse processo está em discussão, a exemplo dos outros, entendemos que esta reunião não deveria estar acontecendo. Muito obrigado.” Isabel Pires Mascarenhas Ribeiro de Oliveira/URA Central Metropolitana: “Boa tarde a todos. Boa tarde, Yuri. Cumprimento aos conselheiros, aos manifestantes. Respondendo os pontos que nos cabem, o Iphan e o Iepha se manifestaram positivamente na etapa de LP+LI deste processo. A gente está aqui agora tratando de um adendo a LO. Se manifestaram, inclusive, positivamente. Não houve CLPI, uma vez que também no parecer e nos processos relacionados foi declarado que não haviam impactos em comunidades quilombolas ou terras indígenas. Com relação à autoria do parecer, esse é um adendo, o parecer foi elaborado pelas servidoras Lorenza França, Luísa Fonseca, Isabel Oliveira e Giovana Baroni. São servidoras que estão listadas na capa do parecer desse adendo à LO. E ele então se associa à LO parcial, que foi deliberada neste COPAM. Então acho que eram esses os pontos que a gente precisava de esclarecer.” **12.2) Bemisa Holding S/A. Lavra a céu aberto de minério de ferro; Unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento a úmido; Pilhas de rejeito/estéril; Estradas para transporte de minério/estéril; Ponto de abastecimento de combustíveis. Antônio Dias/MG. PA Nº 18432/2011/003/2018. SEI Nº 1370.01.0012834/2021-42. ANM: 832.216/2002. Classe 6. Apresentação URA LM.** Adendo à Licença de Operação aprovado por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindixtra e ANM. Ausências: Codemig, Zeladoria do Planeta, IHMBio e Dom Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Felipe Gomes/sociedade civil. “Primeiro o seguinte, eu quero reforçar aqui a minha pergunta. Eu

quero fazer uma pergunta. A conselheira é a Verônica, não é? Verônica, o seu nome completo é Verônica Maria Ramos do Nascimento França? Eu gostaria que você respondesse isso, se o seu nome completo é esse. Por quê? A pessoa que era do Iphan e que foi alvo da Operação Rejeito chama Débora Maria Ramos do Nascimento França. Vocês são irmãs? Vocês são irmãs? Eu estou curioso para saber. E aí, no processo anterior, a nobre colega do Sisema pirou e falou: 'O Iphan e o Iepha se manifestaram'. Aí eu pergunto: nessa manifestação que foi dada... Porque, gente, essa organização criminosa não nasceu ontem, não. Há quantos anos? Lembrar que todo esse embolho começou a ser desmantelado, essa corrupção sistêmica começou a ser desmantelado, essa corrupção sistêmica começou a ser desmantelada lá na Operação Poeira Vermelha, que, inclusive, essa a SEMAD depois também apreendeu o caminhão, teve gente, servidores que prenderam caminhão dessa organização criminosa. Então, se eu não me engano, a Operação Poeira Vermelha é de 2020. Então nós estamos falando aqui de cinco aninhos, isso de investigação policial. Então é muito, muito, muito grave. E quando o nobre colega fala 'acusação leviana', não é, gente. Olha só, Arthur Ferreira Rezende Delfim, FEAM, está entre; Breno Esteves Lasmar está entre; Caio Mário Trivellato Seabra Filho. Esse primeiro, FEAM, depois IEF, agora ANM. Danilo Vieira Júnior, que foi Supram Zona da Mata, se eu não me engano, não sei se esteve na FEAM. Débora Maria Ramos do Nascimento França, Iepha, Iepha ou Iphan, agora estou na dúvida. Fernando Baliani Silva, que foi demitido em julho ou junho, se eu não me engano, depois recontratado em agosto, depois foi demitido novamente por conta... Parece que ele não chegou a assumir, mas a AGE já tinha cancelado a demissão dele. Parece que o burburinho ali não foi muito forte. Quem mais? Fernando Benício de Oliveira, que falou nesta reunião; Gilberto Henrique Horta de Carvalho, chegou a ser cotado para virar superintendente da Supram Central. Quem falou isso é a Polícia Federal. Guilherme Santana Lopes Gomes, ANM. Isso aqui são os nomes que constam lá na decisão da Operação Rejeito. Gustavo Rezende Calcavari, que é o advogado. Hélder Adriano de Freitas, líder da orcrim, que está lá no presídio de segurança máxima. Jaime Eduardo Fonseca, Jamis Prado de Oliveira, João Alberto Paixão Lages, líder da organização criminosa, está lá na prisão de segurança máxima. José Newton Kury de Oliveira Coelho. Leandro César Ferreira de Carvalho, ANM. Leandro era superintendente de Minas Gerais, da ANM, não era pouca coisa, não era um baixo escalão. Assim como o da FEAM, Rodrigo Franco, foi presidente. Eu ia continuar lendo os nomes, mas é longo demais. Aí eu quero perguntar: teve consulta livre, prévia e informada a comunidade quilombola? Teve algum impacto em comunidade quilombola ou em povos tradicionais? Teve anuência? Se teve anuência Iepha e Iphan, essas anuências foram por algum desses servidores que estão envolvidos, em especial a Débora Maria Ramos Nascimento França e o diretor do Iepha; o secretário que também foi demitido, ninguém sabe o motivo, mas foi próximo. A Zeladoria do Planeta fez visita no local, não fez? Ainda bem que a Zeladoria do Planeta saiu fora da reunião, tiveram um pouco de hombridade. Deixo aqui meu total apoio aos servidores. E mais uma vez, Marília, secretária de Estado de Meio Ambiente, se é vítima dessa organização criminosa, como fala, abra mão do cargo para que as investigações corram sem nenhum risco de qualquer coisa. A senhora, na condição de secretária, que estava todo mundo ali sob as ordens da senhora, saia do cargo para que as investigações corram. E depois, quando se comprovar sua inocência, a senhora volta, sem problema algum, por cima, inclusive." Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: "Boa tarde, novamente. Insistindo na tese de que esta reunião não deveria estar acontecendo, eu vou retornar um ponto prático dos nossos questionamentos a respeito desse processo em si. É que se ele implica em risco. Essa pergunta é objetiva, uma pergunta objetiva. Se esse processo implica em risco que possa atrair a obrigação de cumprir o dispositivo 12B, o artigo 12B da Lei Federal 12.608, de 2012, Política Nacional de Defesa Civil. Eu vou abreviar minha fala agora, vai ser só isso mesmo, só essa pergunta objetiva, e o tempo que eu ia usar aqui já fica para resposta. Muito obrigado." Carlos Augusto Fiorio Zanoni/URA Leste de Minas: "Carlos Zanoni, coordenador de Análise Técnica, da URA Leste. Trata-se de um adendo de uma área, de uma pilha já licenciada lá nos idos de 2018. Dando sequenciamento na operação dessa pilha, a empresa viu a necessidade de realização de nova intervenção ambiental. Intervenção essa de supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, Floresta Estacional Semidecidual em estágio inicial de regeneração. Importante registrar isso. Sendo estágio médio, deveria ter sido obtida uma nova licença e não expediente de adendo. Não se trata de ampliação de atividade previamente licenciada, porque justamente a atividade de pilha tem seu parâmetro como área útil. Então todo e qualquer incremento de área licenciada deveria ser precedido de novo licenciamento. Então trata-se do sequenciamento de uma área de pilha licenciada que o empreendedor viu a necessidade de realizar novo desmate. Sendo fase de adendo, como alguns colegas de outras URAs comentaram, algumas fases já restaram superadas, já é uma área já licenciada, cujo objetivo foi única e exclusivamente autorizar nova intervenção ambiental, estabelecer as devidas condicionantes e compensações necessárias específicas a esse adendo." **13) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE INCLUSÃO DE CONDICIONANTE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 13.1) Romagran Romualdo Granitos Ltda. Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Canalização e/ou retificação de curso d'água. Jequeri e Pedra do Anta/MG. PA/SLA Nº 1865/2023. SEI Nº 2090.01.0006277/2025-42. ANM: 833.682/2007. AIA Nº 1370.01.0032520/2023-74. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA ZM. Inclusão de condicionante aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindixtra e ANM. Ausências: Codemig, Zeladoria do Planeta, IHMBio e Dom Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Felipe Gomes/sociedade civil.** "Eu vou perguntar novamente, porque eu acho muito surreal isso. Deixa eu pegar o nome aqui certinho. Primeiro, se a conselheira chama Verônica Maria Ramos Nascimento França e se ela é irmã de Débora. Ou irmã ou tia ou avó, se tem algum parentesco com Débora Maria Ramos Nascimento França. Eu comecei a pesquisar aqui nos arquivos do processo. Para vocês terem uma ideia, em dois documentos que eu olhei, em um o nome da Débora é citado 106 vezes e no outro 35 vezes. E assim, os prints, as conversas, tem muita coisa. Então, pessoal, eu volto a frisar, nobre presidente Yuri, por mais que você fale que quem cometeu o equívoco, se tiver cometido, foi o Fernando Benício, por ter falado nesta reunião, descumprindo a ordem judicial, isso macula, sim. Inclusive, sim, consulte aqui alguns advogados, pessoal da Controladoria-Geral do Estado e tudo mais, e vários foram categóricos em falar que, se tiver isso, há grande possibilidade. Aí eu volto a perguntar, pergunto lá ao nobre conselheiro Cícero Miranda, da ANM, se ele sabe dizer se Caio Mário Trivellato Seabra, Guilherme Santana Lopes Gomes, Leandro César Ferreira de Carvalho e Claudinei Cruz, se algum deles atuou em qualquer ato relacionado a esses processos. Pergunto aqui à FEAM, ao nobre presidente Yuri, se Breno Esteves Lasmar, Arthur Ferreira Rezende Delfim, Danilo Vieira Júnior, Baliani, Vítor Reis Salum Tavares, se algum deles teve qualquer incidência sobre esse processo, seja em qualquer fase. Porque se vocês contrataram uma auditoria eu tenho certeza que isso é algo, a secretária e tal, e o próprio governador, falou isso, que ia revisar todos os processos. Então, se vocês estão pondo esses processos em pauta, quer dizer que vocês têm certeza. Eu vou fazer uma pergunta objetiva, então, por favor, me responda, presidente, para a legalidade desta reunião. Foi verificado se em toda a cadeia do licenciamento deste processo esses que estão alvo da Operação Rejeito emitiram qualquer documento, tiveram qualquer participação? Foi feita essa conferência, vocês conseguem afirmar categoricamente? A pergunta à ANM também. Categoricamente que nenhum desses emitiu nada relacionado a esse empreendimento especificamente. A FEAM, ao presidente Yuri, pergunto no âmbito do Sisema, IGAM, FEAM, IEF. E ao nobre colega da ANM lá no processo de regularização. E aí pergunto: vocês conferiram se os colegas do Iphan e do Iepha participaram em qualquer ato, se tiver tido anuência, em qualquer fase desse empreendimento? Não agora. Porque assim, se teve anuência no que deu origem a esse aqui, e foi uma dessas pessoas que emitiu, esse processo tem que baixar em diligência para conferir. E se não souber responder, presidente, que baixe em diligência para responder isso. O processo, para ser pautado, vocês têm que ter segurança, senão vocês estão colocando todos os conselheiros numa sinuca de bico muito complicada. Porque o seguinte, vocês já colocaram, quando colocou para votar, por exemplo, a Licença de Operação da Fleurs, que nem podia operar, e vocês tiveram que depois ir lá fechar o empreendimento, que eles estavam operando. Espero que vão lá na CSN. Já fiz a denúncia, viu, presidente? Denúncia já foi feita à FEAM, pelo link que você me mandou. Por favor, deem a devida celeridade, porque o caso é grave, está tendo desmatamento, poeira. Então, presidente, suspenda esta reunião, presidente, não vá até o fim com isso. Conselheiros, peçam vista dos processos, parem esta reunião. Obrigado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Mais uma vez, só esclarecer para o Sr. Felipe, para aqueles que acompanham a nossa reunião. A minha atribuição como presidente aqui da sessão é dar encaminhamento à reunião nos moldes que são estabelecidos na Deliberação Normativa COPAM 247 e no Decreto 46.953. Eu não tenho as informações, Sr. Felipe, específicas sobre processo, sobre andamento de processos anteriores. Não é minha atribuição. O senhor está dirigindo o questionamento à pessoa errada. A minha atribuição é coordenar uma reunião, ou seja, presidi-la conforme estabelecido nas regras das normas já mencionadas. Em relação à participação do Sr. Fernando, já citei que é o meu entendimento. Se meu entendimento estiver equivocado, seja pela CGU, seja pela Advocacia-Geral do Estado, a reunião será cancelada, e será chamada uma nova reunião. Eu não vejo problema algum em relação a esses pontos. Então, com essas considerações e fazendo uma outra menção, e aí é sempre bom a gente ler as normas que regem aqui a nossa reunião, a deliberação. E eu cito de novo, dá uma lida lá, Deliberação Normativa COPAM 247, Decreto 46.953. A prerrogativa de baixa em diligência, retirada do ponto de pauta é do Conselheiro, é do conselheiro. Como inscrito, o senhor pode até fazer uma menção que seria caso de baixa em diligência, como assim o Sr. Sandoval também está fazendo

menção, assim como também os nossos colegas do sindicato estão fazendo isso. Mas para que isso ocorra é necessário que um conselheiro endosse essa fala, assim como o Cícero se posicionou aqui para endossar a moção. Feitas essas considerações, eu passo para o próximo inscrito.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Voltando ao que a gente pontuou nos outros itens acima, questionamos a validade desta reunião, questionamos a legitimidade do prosseguimento. E tem um ponto específico, senhor presidente, que eu queria ouvir do senhor, se for possível, se puder responder, se o senhor tem conhecimento ou não. Nem sei se é quando o conselheiro sai da reunião, como esteve presente o conselheiro da Zeladoria do Planeta, se foi comunicado ao senhor o motivo da saída ou se houve alguma determinação para que esse conselheiro se ausentasse a partir de determinado ponto. Por coincidência, o momento em que o Felipe levantou a situação com mais veemência da presença dele na reunião. Então esse é um ponto geral. Agora, ponto específico a respeito do empreendimento em pauta, por se tratar de questão paralela, similar às que nós estamos tratando aqui em Congonhas, eu gostaria de saber da equipe técnica se existe alguma implicação, algum envolvimento com comunidades tradicionais que demande a consulta livre, prévia e informada; se tem bens culturais na área do empreendimento protegidos que impliquem em manifestação do Iphan, do Iepha e órgãos municipais. Porque nós temos casos similares aqui em Congonhas, notadamente esse ao qual o Felipe se referiu, que é a expansão da pilha Fraile 3 e 4, que foi licenciada sem anuência do Iphan, em curso. E a gente sabe, o presidente talvez. Vou até antecipar que o presidente, se eu deixar desse jeito, ele vai explicar depois que é possível a concessão desse tipo de licença ficando pendente a manifestação de outros órgãos. Porém, esses órgãos ainda não concluíram suas análises, e estranhamente as obras estão em curso. É o objeto dessa denúncia que o Felipe fez, cadastrou no sistema. A gente já havia provocado aqui a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Conselho de Patrimônio, Conselho de Desenvolvimento, e nós temos os documentos tudo formalizado. O Felipe deve ter encaminhado na denúncia. E como é um caso paralelo a gente está citando aqui a título de ilustração, eu gostaria de saber, por favor, da equipe, se tem essas implicações com comunidades tradicionais, bens culturais, manifestação de Iepha, de Iphan. E, senhor presidente, se puder, o motivo da ausência da Zeladoria do Planeta neste momento da reunião. Se não puder, eu compreendo perfeitamente. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só esclarecendo, Sr. Sandoval, o senhor está falando do representante que estava aqui pela Zeladoria do Planeta ou sobre o Sr. Fernando, que só falou em relação ao item de pauta que é da ata. Qual dos dois o senhor está se referindo?” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Eu me refiro ao segundo representante, ao que estava participando da reunião representando a entidade. Segundo consta, nas votações, parece que nas duas ou três últimas votações, ele não figura mais, ele está sendo dado por ausente na reunião. Se possível, eu sei que é uma questão facultativa, mas se o senhor tiver conhecimento e puder informar o motivo da ausência desse representante neste momento da reunião, ou a partir dessas votações, seria interessante. Se não puder, eu compreendo. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Por nada, Sr. Sandoval. Na realidade, eu não tenho essa informação. Geralmente os conselheiros que deixam... Na realidade, só explicando para aqueles que nos ouvem pelo canal do YouTube – não sei quantos estão nos assistindo, 300 pessoas; 300 pessoas estão nos assistindo, o Felipe me falou aqui –, como que se dá o processo aqui. Eu peço desculpa se eu me alongar aqui, necessário só tecer alguns esclarecimentos em relação ao nosso processo, como se dá a reunião. Na realidade, o quórum de instalação de uma reunião ordinária do COPAM é a maioria absoluta. O que é a maioria absoluta? Metade mais um. Então para se instalar a reunião, por isso que o Felipe, logo no início, chama os conselheiros nominalmente, os conselheiros se apresentam, reunião instalada. Se não houver quórum qualificado, maioria mais um, a reunião não se inicia, ela é cancelada, posteriormente é chamada outra. Instalou-se a reunião, quórum qualificado, maioria mais um, as votações se dão por maioria simples. O que é maioria simples? É a maioria daqueles que estão presentes. Por exemplo, instalou o quórum aqui com 12 – exemplo –, e ficaram no final somente quatro ou seis, cinco. Então a maioria desses que ficaram vai votando. Esses que vão saindo, geralmente eles informam ali no chat, ‘estou saindo porque eu tenho reunião’. Eu estou lembrando de cabeça aqui agora do conselheiro da Dom Helder, que falou que parecia que tinha uma reunião mais cedo e pelo adiantar desta ele teve que sair. Então as justificativas não são necessárias aqui no momento da reunião. Ele presta se ele quiser. Geralmente só pedem ali licença para sair. Em relação à licença sem efeito, ela tem a previsão no Decreto 47.383. O que isso quer dizer, licença sem efeito? O próprio nome já informa. Antigamente... Eu peço mais uma vez desculpa se eu me alongar aqui nas explicações. Aqueles que são mais antigos, como eu, no órgão ambiental, você tinha previsão do Decreto 44.844, que a licença ficava parada no órgão ambiental até a emissão da anuência do órgão interveniente. Isso era muito ruim para o órgão ambiental. Às vezes o órgão interveniente demorava dois anos, três anos, quatro anos para emitir uma anuência, e na mídia saía: ‘Onde que está a licença de tal empreendimento?’ ‘Ah, não, está no órgão ambiental’. Na realidade não era do órgão ambiental, estava parado em virtude de uma manifestação de um órgão interveniente. Órgão interveniente esse que está previsão aonde? Lá no artigo 27 da Lei 21.972, também está no Decreto 47.383, que tem escrito os órgãos intervenientes. Interessante citar para os senhores que a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, que é uma lei federal, ela também agora trata sobre órgãos intervenientes, e é diferente do aspecto estadual. Qual que é o aspecto estadual? Você solicita a manifestação do órgão interveniente, e ele tem um prazo de 120 dias para se manifestar. Ele não manifestando no prazo de 120 dias, se o processo está apto para ser julgado ou para ser deferido, pendência apenas do órgão interveniente, emite-se uma licença sem efeito. O que é essa licença sem efeito? Ele não pode operar. Ele não pode instalar. Se estiver instalando, igual o Sr. Felipe falou, igual o senhor falou: se estiver operando, se estiver instalando, está errado. Se ele tiver uma autorização antes, é caso de suspensão da licença, no caso de autuação, e embargo das atividades. Lembrando, suspensão é quando se tem licença, embargo é quando não se tem licença. No caso, é uma licença sem efeito, se tem licença. Legislação federal tem algo muito semelhante ao nosso. Só que na legislação federal ela está em prazo e vacatio legis, ela vai entrar em vigor mais ou menos daqui a três meses, salvo engano, foi 15 ou 9 do mês retrasado. Ela tem uma previsão semelhante. A empresa vai poder operar. Essa é uma grande diferença em relação à lei federal. Ela vai poder operar. Não, neste momento não pode. E há uma diferença que em relação às condicionantes agora são levadas para dentro do processo ambiental, mas o prazo de vacatio legis é justamente para o órgão ambiental estadual estar se adequando à legislação federal. Aí eu não vou entrar no mérito aqui em relação se vai aplicar a federal, se vai aplicar a estadual nesse caso. Você tem uma interpretação que está disposta no artigo 24 da Constituição Federal, no § 3º ou §1, se eu não me engano, a superveniência de normas federais suspende a norma estadual naquilo que for contrário. Então vai ter que fazer uma exegese dessas interpretações. Mas voltando ao assunto, e me desculpa ter alongado, se estiver operando com uma licença sem efeito, se estiver instalando com uma licença sem efeito, é passível de autuação e suspensão das atividades.” Marcos Vinícius Fernandes Amaral/URA Zona da Mata: “Senhor presidente, Sr. Yuri, boa tarde, nobres conselheiros, demais ouvintes. Marcos Vinícius, sou coordenador de Análise Técnica da URA Zona da Mata. Senhor Sandoval parece que fez um questionamento específico a esse processo. Nós estamos aqui, Sandoval, votando, pautando, na verdade, um adendo ao Parecer Único, que foi votado na 125ª reunião, de junho deste ano, onde foi apreciada a Licença de Operação Corretiva desse empreendimento. No parecer da época, que foi aprovado pelo Conselho, é posto que não há nenhum impacto sobre comunidades quilombolas, terras indígenas, bens acautelados que venha necessitar de uma manifestação prévia do Iphan nem do Iepha. No momento agora, a gente busca, na verdade, é condicionar a compensação pela supressão de Mata Atlântica que foi realizada, de forma corretiva, e na época do parecer ficou justamente faltando o estabelecimento dessa condicionante. Então nós aqui URA Zona da Mata provocamos esse adendo para que seja corrigido, acrescentada essa condicionante de comprovação do cumprimento do termo de compromisso ambiental florestal que já foi assinado pelo empreendedor. A gente fica à disposição a qualquer dúvida que houver.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado, Marcos. Só lembrando, senhores conselheiros, senhoras conselheiras, aqueles que nos ouvem também, a forma de adendo de processo de licenciamento ambiental está prevista nos artigos 35 e 36 do Decreto 47.383. Lá fala quando se dá o adendo e quando se dá uma nova licença.” **14) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 14.1) Vale S/A. Mina Córrego do Feijão. Outras formas de destinação de resíduos não listados ou não classificados; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Implantação ou duplicação de rodovias ou contornos rodoviários; Canalização e/ou retificação de curso d’água; Estação de tratamento de água para abastecimento; Dragagem para desassoreamento de corpos d’água; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados; Central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe I perigosos; Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos; e Pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. Brumadinho/MG. PA Nº 00245/2004/052/2019. ANMs: 831.689/2002, 837.518/1993, 832.305/2002 e 931.344/2005. Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Alteração de condicionante aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com alterações, ficando a seguinte redação: “Condicionante 2: Apresentar, anualmente, resultados de todas as medidas de mitigação e controle das Obras Emergenciais (realizadas, em curso e/ou planejadas), inclusive aquelas cujo acompanhamento ocorre no**

âmbito do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba (PRSA), por meio da entrega de informes impressos. As atividades relacionadas ao cumprimento desta condicionante deverão utilizar, se possível, serviços locais, e contemplar, separadamente, os seguintes públicos: a) poderes executivos e legislativos de Brumadinho (AID), São Joaquim de Bicas e Mário Campos (AII). b) comunidades da AID e AII - inclusive povos e comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Encaminhar, ao órgão ambiental, comprovação da entrega de informes impressos. Orientações para cumprimento da condicionante: I) Uso de linguagem clara e adequada aos públicos de interesse; II) Envio prévio, ao órgão ambiental, do material a ser disponibilizado aos públicos de interesse (30 dias antes da entrega), para avaliação; III) Entrega dos informes impressos, às partes interessadas, preferencialmente em mãos. Caso haja recusa de recebimento de associações e/ou lideranças das comunidades, será admitida, como comprovação da tentativa de entrega, carta registrada com aviso de recebimento; IV. Informar, ao órgão ambiental, por meio de relatório analítico somente se, porventura, houver manifestações, no momento da entrega dos informes impressos, de demandas dos públicos de interesse - inclusive aquelas que, eventualmente, extrapolem o escopo das Obras Emergenciais. Neste caso, este relatório analítico deverá conter todas as respostas e/ou encaminhamentos realizados pelo empreendedor sobre as demandas identificadas em campo, considerando especificidades dos casos apresentados e atores sociais envolvidos. Prazo: 60 dias após a entrega do material impresso.” Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg e Sindiextra. Ausências: Codemig, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Felipe Gomes/sociedade civil. “Presidente, eu sei que a gente não pode propor. A gente está aqui clamando. E o senhor está conduzindo, mas o senhor tem prerrogativas de intervir. Eu imagino que caso identifique-se uma ilegalidade, algo errado, que não sei o quê, algo que impeça a continuidade da reunião, se eu não me engano, quem pode, de ofício, suspender para que ela ocorra é o senhor. Ou não? Chamando, consultando e tal. Então a gente está aqui pedindo, assim como foi pedido lá na reunião quando concedeu aquela licença de ampliação para a Vale antes do colapso lá em Brumadinho, e hoje estamos aqui, Córrego do Feijão de novo. Pensar que não tem até agora ninguém preso pelo crime da Vale é assustador. E nesse ponto eu concordo com o Fernando Benício, que falou nesta reunião. Entendo que não deveria ter falado, mas se permitiu. Deve ter que voltar até lá. É complexo. Presidente, então eu queria deixar uma sugestão. E deixar, inclusive... A Duda Salabert votou contra a Lei Geral do Licenciamento, mas foi aprovada. Quando vocês fizerem uma licença que não vale, uma Licença de Operação que não pode operar, coloca um carimbo vermelho de todo tamanho nela, de fora a fora: ‘sem validade’. E põe o motivo. Porque, quando o fiscal da prefeitura chega e pergunta, ele não vai ser enganado. Porque no caso da CSN parece, pelo que eu entendi, depois vocês vão averiguar na denúncia que nós mandamos. E vou até te falar aqui o código dela. É a Denúncia 1444363. Eles respondem no ofício falando que eles estão tudo ok e manda o número da licença. Essa licença que, até onde eu sei, até no dia que a gente fez a denúncia, ainda não tinha se concedido a anuência. E eu recebi de inúmeras pessoas de Congonhas vídeos mostrando. E tem uma fiscalização da própria prefeitura no lugar questionando. Aí a CSN responde: ‘É, sim, nós temos licença lá naquele local, é a licença 109, ampliação do Frailé’. Mas a licença não é válida. Só que a informação que consta na licença é tão pequeninha, quase uma nota de rodapé, que muitas vezes passa despercebido, o agente que está lá na ponta não tem um treinamento talvez que consiga ver esses meandros. E também era importante isso estar no ofício de encaminhamento para o empreendedor, porque eu tenho medo, inclusive, de que o empreendedor, se realmente ficar comprovada essa suposta operação sem licença, implantação sem licença, ‘mas eu não sabia, no ofício não fala nada’. Talvez vai usar o ofício para justificar. Então eu proponho aqui, eu estou falando tudo aqui, presidente, eu sei muito bem, eu enquanto sociedade civil só posso falar, só posso sugerir. Então proponho aqui talvez os conselheiros avaliem de tomar essa deliberação: quando tiver uma licença que não vale... Porque Fleurs e CSN, Fleurs é confirmado, vocês foram lá, fiscalizaram e fecharam e aplicaram R\$ 500 mil de multa, por eles estarem operando com a licença que não podia operar. Salvo melhor juízo, foi a primeira licença concedida com isso. Eu queria depois até te perguntar. E também acho que foi o primeiro parecer da Comunidade, da Fleurs. Olha quanto emblemática é essa licença da Fleurs. Então, voltando aqui para o nosso caso em questão, Vale, meu último minuto, inclusive, eu vou deixar de silêncio, eu vou me calar na hora que faltar 1 minuto aqui, em memória das 272 vidas ceifadas de forma quase imediata. Eu lembro de um relato de um cara que trabalhou no resgate dos corpos, ele falou que eles pegaram um soldador que a máquina de solda tinha entrado para dentro do cérebro, por causa da lama. Eu também lembro de uma outra fala, esqueci de quem que foi agora, que vários corpos encontrados não tinham as pontas dos dedos, e as pessoas lá embaixo, sufocadas pela lama, tentavam cavar para sair e perdiam até os dedos. E pensar que foi concedida uma licença uma semana antes. Aí me respondam: teve anuência, não teve? Algum desses investigados... Ah, você não respondeu, presidente. Me responda se a FEAM consegue garantir que nenhum dos envolvidos, seja dos outros órgãos ou dos órgãos da casa, assinou qualquer documento no âmbito desse processo. Me responda isso, por favor. Esse processo foi pautado com essa garantia da secretária. Então responda. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhor Felipe, talvez o senhor não prestou atenção na minha resposta. Eu te respondi em relação a esse questionamento. Eu te falei que eu não tenho esses dados. Eu não faço parte da análise dos processos que estão sendo pautados. Inclusive, eu falei para o senhor quais são as minhas atribuições, que estão especificadas tanto na Deliberação Normativa COPAM 247 quanto no Decreto 46.953, que os questionamentos deveriam ser endereçados a quem tem a possibilidade de respondê-los. Em relação à sua sugestão de constar no processo, por isso que eu falo, a necessidade de conhecermos a norma, o artigo 26 do Decreto 47.383: ‘Os órgãos e entidades públicas a que se refere o artigo 27 poderão manifestar-se quando objeto do processo de licenciamento ambiental de maneira não vinculante – essa mesma previsão está na Lei Complementar 140 – no prazo de 120 dias contados da data que o empreendedor formalizar junto aos referidos órgãos e entidades intervenientes às informações e documentos necessários à avaliação das intervenções’. No §2º da lei tem a seguinte informação: ‘A licença ambiental emitida não produzirá efeitos até que o empreendedor obtenha a manifestação dos órgãos ou entidades públicas intervenientes e que deverá estar expresso no certificado de licença.’ Então a informação, já tem a determinação que ela esteja expressa no certificado que dá a licença sem efeito.” Fernanda Perdigão/Sociedade civil. “Boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes na sala e também às que acompanham pelo YouTube. Cinco minutos seriam ínfimos para falar tudo sobre este item de hoje. Primeiro deixa eu me apresentar. Eu estou aqui hoje como atingida pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, assim como temos milhares de pessoas atingidas em toda a bacia do rio Paraopeba. Já se passaram seis anos, mais de seis anos, e nós nunca vimos, em verdade, o plano de recuperação da bacia do Paraopeba. Ele está disposto em sites com mais de 10.000 páginas, completamente técnico e, para agravar, alguns ainda corrompidos. Aí vem esse pedido da Vale com essa condicionante da Licença de Operação Corretiva, para acabar com as reuniões públicas anuais que sequer tivemos acesso pleno e público. Foi com quem ela decidiu convidar na região que ela coloca como prioritária. O que trata as obras, essas chamadas obras emergenciais, a gente precisa esclarecer. A gente está falando de dragagem de rio, de canalização, de pilhas de rejeito, de estradas externas para transportar todo esse rejeito derramado, de estações de tratamento de água e centrais de armazenamento de resíduos. Isso não é neutro, carrega por trás dessa condicionante riscos enormes e que a gente já vivencia no território. Espalha mais rejeito, a poeira contaminada está ampliando todo o processo de contaminação, está comprometendo a biodiversidade e está mascarando os dados da contaminação e da destruição. Não tem reunião pública. Eu queria que me apresentassem qual, onde, quando, como foi divulgada. Um outro ponto que eu acho extremamente absurdo, público alvo que a Vale decide dialogar é super restrito, é a parte da comunidade que eles colocam siglas: AID, AI, alguns poderes locais, e isso exclui milhares de pessoas atingidas ao longo da bacia do Paraopeba. Pessoas que estão expostas à água, que plantam, que pescam, que vivem sobre o impacto diário desse rejeito, que o meio ambiente está completamente contaminado. A pele dessas pessoas, ferida, todo o histórico de saúde comprometido. E a Vale quer se esquivar de prestar contas e satisfação para a população que ela afetou. Estudos recentes da Fiocruz confirmam essa contaminação por metais pesados. Arsênio, chumbo, mercúrio, manganês. Enquanto isso, a gente é obrigado a ouvir o governador do Estado, Romeu Zema, repetir incansavelmente que essa empresa coloca a vida em primeiro lugar. Isso é um absurdo com todos nós que estamos sofrendo no território. Então a Vale tem a prioridade de proteger a sua imagem, ela finge que aprendeu com o erro, enquanto foge da responsabilidade. E se não bastasse tudo isso que a gente vem reiteradas vezes denunciando, chega nesse ponto dessa situação dessa operação rejeito. A gente já questionou inúmeras vezes a confiabilidade desses documentos pela mineradora, e este espaço vem licenciando e aprovando. É tanta crueldade e desumanidade com as pessoas que a Vale se nega a reparar, a prestar contas a essa população sofrida e doente e agora ainda quer reduzir a sua responsabilidade diante da sociedade, retirando as reuniões que sequer foram amplamente divulgadas. E só para fechar, senhor presidente, com todo o meu respeito, eu sei que o senhor se ampara aos regulamentos e regimentos internos deste Conselho para decidir, mas precisamos lembrar que nós temos a Constituição Federal, que está acima de qualquer regimento, decreto ou qualquer outra coisa. A garantia do direito de participação social, a garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e vários outros princípios devem reger qualquer lei, regulamento, decreto ou norma infraconstitucional. Eu peço encarecidamente aos conselheiros que não permitam que a Vale siga novamente tirando o direito de participação das pessoas atingidas e que ela preste contas à sociedade, antes que a gente morra por completo como sociedade diante de todos os absurdos que a gente está vendo

nessas últimas semanas. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da Sra. Fernanda. Se a senhora me permite, a lei federal tem até um aspecto mais interessante da participação, que eu estava até falando com o Sr. Sandoval, que foi tema da minha monografia, minha dissertação de mestrado, que é a participação popular nos processos de licenciamento ambiental, e a lei nova tem aspectos mais interessantes, porque específica, inclusive, além das audiências públicas, reuniões públicas. Traz um aspecto específico, eu entendo que fortalece muito a participação popular, que tem uma legislação bem solta no âmbito do direito ambiental.” Robson Oliveira/Sociedade civil: “Obrigado, senhor presidente. Boa tarde a todos, todos os conselheiros, os presentes e aos atingidos e atingidas na bacia do Paraopeba que estão nos acompanhando agora pelo YouTube. Eu me chamo Robson Oliveira, eu sou defensor de direitos humanos, atingido pelo crime da Vale em Brumadinho. Sou membro do Movimento Paraopeba Participa, Fórum de Atingidos e Atingidas pelo Crime da Vale em Brumadinho, membro do Comitê Popular da Zona Rural de Brumadinho, Piedade do Paraopeba. Eu gostaria de iniciar minha fala informando a todos e todas que são de desconhecimento dos atingidos e atingidas as reuniões comunitárias e regionais que ocorrem nos territórios atingidos ao longo da bacia do Paraopeba, que são organizadas pela Vale. A forma como a Vale apresentou no parecer da FEAM foi como se a gente tivesse, como se fossem amplas e assim houvessem inúmeras reuniões, o que não ocorre. E se ocorrem é necessário que sejam apresentados os calendários, os itens das pautas, bem como as atas. Como informei, não é de conhecimento de todos os atingidos e atingidas. E agora esses mesmos atingidos nem têm conhecimento que o seu direito mais básico, ao diálogo, está sendo ameaçado neste espaço e neste exato momento. A proposta de alterar a condicionante 2 da licença da Vale pode parecer um mero detalhe técnico para alguns, mas para nós atingidos é um ato de profunda violência. Estão propondo trocar as reuniões públicas, aparentemente, que ocorrem, em um único espaço onde a empresa é obrigada a nos olhar nos olhos e a prestar contas, pela frieza de um informe em formato de um informe em papel. Isso não é modernização, é silenciamento. É a Vale tentando se livrar da responsabilidade de encarar as famílias que ela mesma destruiu. É negar às comunidades o direito mínimo de perguntar, de questionar e de participar ativamente de um processo de reparação que até hoje não nos trouxe justiça. Depois de tudo o que a Operação Rejeito revelou sobre a relação promíscua entre o poder público e as mineradoras, aprovar essa mudança é validar a exclusão das vítimas. É mais uma boiada passando por cima dos nossos direitos. É a bênção do Estado. A memória de 272 vidas que perdemos exige respeito. Os atingidos na bacia do Paraopeba exigem diálogo, exigem justiça. E justiça não se faz com relatórios impressos, se faz com ampla participação da sociedade civil e a responsabilização. Portanto, eu peço aos senhores conselheiros que votem contra essa manobra. Não permitam que a Vale nos cale mais uma vez. Não se tornem cúmplices de mais um ataque à nossa dignidade. Merecemos e exigimos ser ouvidos. Obrigado.” Daniel da Mota Neri/sociedade civil: “Boa tarde novamente... Sandoval e Felipe, eu vou pedir o espaço aqui para me reportar diretamente a vocês, porque o negócio do blefe continua muito interessante assim, quando o apostador dobra a aposta. Só para esclarecer aqui que, quando a gente tem que aumentar a aposta, um dos recursos neste espaço de debate que a gente está, da mineração, dos desastres e da devastação que a mineração produz, é partir para o legalismo. Aí a pessoa pega no legalismo e joga fora toda a possibilidade de tomada de decisão por meio do bom senso, do consenso. O artigo 29 da mencionada Deliberação 247 fala: ‘O presidente da reunião – está falando das Câmaras como a CMI –, mediante provocação ou de ofício, decidirá sobre pedidos de inversão de pauta, retirada de pontos de pauta, baixa em diligência e demais casos inerentes à realização dos trabalhos.’ Sei que vai vir por aí uma resposta legalista, não estou apelando para esse recurso, não é do meu feito, mas, quando mandar a gente estudar, outra carteirada... Gostei da carteirada do mestrado, viu, presidente, gostei mesmo. ‘O meu mestrado é em participação popular’. Vamos olhar como que é a composição desta Câmara que o senhor preside. Tem cinco ou seis representantes do Estado, quatro ou cinco representantes do setor produtivo. E quantos representantes da sociedade civil mesmo? Duas. E uma delas é a Zeladoria do planeta, que não se deu ao mínimo deslante assim, da possibilidade de falar ‘gente, não vamos então participar da composição, porque estamos sendo investigados’. A gente teve esse depoimento do rapaz, Fernando Benício, no início desta reunião, que é uma afronta, uma agressão aos representantes da sociedade civil. Bom, vamos lá. Tirando essa questão, a questão do Córrego do Feijão, a participação aqui é para lembrar que essa mesma licença é uma licença requeitada. Essa licença era a licença assassina, a licença das minas do Córrego do Feijão e da Jangada e que agora ela mudou de mãos, está indo para a Itaminas, para seguir nesse processo de ampliação das plantas. Não é exatamente o mesmo caso, mas mostra como que opera o COPAM, como que opera a CMI, como que a gente tem a máquina de licenciamento funcionando. A gente está aqui fazendo apelos. Esta reunião não podia acontecer. Esses pontos tinham que ser tirados de pauta. E aí o que a gente tem são respostas legalistas, evasivas, enfim. E aí a gente tem o presidente da Comissão dando carteirada da sua dissertação de mestrado sobre participação popular nos processos decisórios do licenciamento ambiental. É curioso. Quem fez essa transferência da licença do processo do Córrego do Feijão é o tal do Baliani. Então tem que ficar gravado. Esse YouTube a gente tem que fiscalizar, ele não pode sair do ar, não pode ter uma perda misteriosa. Porque esses processos estão passando de forma autoritária, de forma deliberada, de forma proposital para não frear nenhum processo de mineração no Estado de Minas Gerais, a despeito dessa Operação Rejeito, que ainda vai ter seus desdobramentos. Aqui o meu absoluto repúdio, meu absoluto desprezo por esses condutores da política ambiental em Minas Gerais. E repito, sociedade civil não vai se calar, sociedade civil não vai deixar que esses desmandos continuem acontecendo no nosso Estado. Passo a palavra.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais uma vez da necessidade de a gente estudar as normas. Quando você pega a constituição dos Conselhos, é paritário. Não quer dizer que somente uma ONG representa a sociedade civil. Você tem os outros que representam, sim, a sociedade civil. São segmentos. E o Conselho é paritário, por isso a necessidade de estarmos estudando. Em relação a dar carteirada, isso não é do meu feito. Quem acompanha, quem estuda ou quem já acompanhou o meu trabalho aqui, inclusive, o mestrado foi dois anos atrás que eu iniciei, que iniciei inclusive a pesquisa. E que vai estar disponível, inclusive, eu vou me prestar a passar para os senhores posteriormente os resultados dessa pesquisa.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Boa tarde novamente a todos e todas. Eu gostaria, como o processo é da Vale, eu gostaria de depois da fala do Robson, da Fernanda Perdigão – querida Fernanda Perdigão, do Daniel Neri também, professor Daniel Neri, grande amigo –, só fazer aqui uma menção, quebrando um pouco o protocolo, ao fato de eu ter sido companheiro de trabalho de três dentre essas 272 almas. Falei, fiz a mesma fala no Tribunal de Justiça, numa audiência de conciliação da Tamisa. Fui colega de trabalho de três desses. Então ficam por aqui nossas orações. Já fez 1 minuto de silêncio, Robson já falou, Fernanda falou. Assino embaixo o que a Fernanda falou. Daniel Neri também, a sua tese é fantástica, a sua atuação na causa socioambiental. E sou muito feliz de estar ao lado de vocês, do lado certo. A gente fica feliz de estar ao lado certo, embora o que a gente está enfrentando é desafiador. E continuamos enfrentando. Com todo respeito, senhor presidente, a questão do patrimônio cultural, questão de defesa, promoção da proteção do patrimônio cultural. Nós começamos a falar um pouco em leis, o artigo 216 da Constituição é bastante explícito, bastante didático nesse sentido, que é dever da comunidade e do poder público a promoção e proteção desse patrimônio. E existem órgãos como o Iepha e o Iphan para organizar isso exatamente. E foi dado na Operação Rejeito que havia sido concedida licença sem ouvir, essa coisa toda. Nós estamos falando aqui de um caso específico em Congonhas que foi iniciada a obra – que está sendo apurado, as denúncias foram feitas, e vai ser apurado, e vai ser devidamente esclarecido – sem a manifestação do Iepha e Iphan. O presidente mencionou essa questão da lei federal, da sobreposição. Quem sou eu para poder falar de exegese com o presidente? Quem sou eu? Eu estou aqui só aprendendo. Mas, senhor presidente, uma questão que o licenciamento precisa, por isso a existência deste Conselho, que os órgãos de licenciamento estão meio esquecendo, por assim dizer, é a questão da prevenção, a questão da precaução. Porque a gente tem falado muito, e Mariana e Brumadinho são fatos consumados, não tem como fazer prevenção mais lá. A respeito da defesa do patrimônio cultural, que é a pergunta que eu vou fazer objetiva sobre esse processo em pauta, em discussão, existe na Constituição a obrigação da sociedade, dos órgãos, de promover a proteção, mas de nada servirá o que está explícito, que está determinado no artigo 216 da Constituição, se não houver a efetividade. Sem efetividade, a licença é concedida, depende do outro, mas começa, mas aí depois vai discutir na Justiça; contrata-se grandes escritórios, como é comum acontecer; e a coisa estica por cinco, dez anos na Justiça, vai para o Supremo, vai para todo lado, recurso em cima de recurso; e a efetividade fica lá atrás no momento em que o fato foi consumado, no momento em que o bem cultural, o trator passou em cima dele, acabou. É o tombamento à base de trator. Isso tem acontecido. De vidas a gente não pode falar nada mais. Quem morreu, fazer o quê? Embora o governador tem feito, propagandeado, em nome de empresa, que a vida está em primeiro lugar. Eu tenho minhas dúvidas. Eu tenho minhas dúvidas não, nós temos evidência de que não foi assim considerado em Mariana e em Brumadinho. E a gente teme que em outros casos volte a acontecer. Porque a pilha ao qual estou me referindo desde o início da reunião, ela vai ficar a 140 m. Área diretamente afetada. Vai ficar a 140 m de um chacreamento, Vista Alegre, e vai ficar a 400 m de um outro chacreamento, Lagoa Comprida. Ou inverso, é o inverso das medidas. Eu não estou com nada escrito aqui sobre isso, mas no final a gente vai esclarecer mais. Então, senhor presidente, eu peço que a mesma pergunta que foi feita para o empreendimento anterior seja respondida, se existem nesse empreendimento em específico implicações ou demandas sobre comunidades tradicionais, bens culturais protegidos que demandem a manifestação do Iphan e do Iepha,

especificamente, nesse empreendimento.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindixtra: “Senhor presidente, eu gostaria de falar sim. Na página 8 do parecer, eu gostaria que aquelas orientações que foram colocadas, orientações para o cumprimento da condicionante 2, eu gostaria que isso fosse anexado à condicionante. Eu gostaria que as orientações colocadas pela SEMAD fossem anexadas à condicionante, da forma como deve ser feita essa comunicação. Eu gostaria que fosse colocado em votação para anexar nessa condicionante, por favor.” Liana Notari Pasqualini/FEAM: “Quanto à sugestão do conselho de que a gente coloque a descrição de como fazer o cumprimento da condicionante, dentro do quadro de condicionantes, a gente fica de acordo, em que pese a gente saiba que o parecer faz parte da orientação. Mas para dar maior clareza a gente fica de acordo com a proposta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Liana, tem como você fazer isso para a gente jogar aqui? Ou então o Francisco? Para a gente apresentar. Porque eu vou considerar como alteração de condicionante.” Liana Notari Pasqualini/FEAM: “Ok. Eu vou fazendo aqui. Senhor presidente, eu aproveito para perguntar se há algum esclarecimento específico por parte da DGR ou se a gente pode fazer nossas considerações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pode fazer as considerações, Liana.” Liana Notari Pasqualini/FEAM: “Obrigada. Nesse caso, eu vou chamar o analista Anderson para fazer as considerações sobre as discussões apresentadas.” Anderson Xavier de Souza/FEAM: “Boa tarde a todas e todos os presentes na reunião de hoje. Respondendo, principalmente, às pessoas inscritas, Fernanda, Robson e Daniel, esse parecer foi elaborado levando em consideração, principalmente, as obras emergenciais que aconteceram na bacia do ribeirão Ferro-Carvão. Nós sabemos que há atingidos em toda a bacia do Paraopeba. São milhares de atingidos, como a Fernanda comentou. Só que no entanto, como servidores, a gente tem uma limitação de nos atermos ao conteúdo do processo administrativo que estamos tratando nesse momento. Além disso, a redação da condicionante especifica quais são os públicos prioritários para essas reuniões públicas. Nós entendemos que todos são atingidos, desde o Ferro-Carvão até Três Marias. No entanto, nós sabemos que esses públicos têm especificidades, nós não podemos tratar todos da mesma forma. Então aquelas pessoas de Córrego do Feijão podem ter demandas diferentes das de Parque da Cachoeira e de outras comunidades. Então a intenção dessa condicionante foi justamente essa. Respondendo também em relação às falas do Robson, na elaboração do parecer nós consideramos todos esses temas que foram tratados. E consideramos igualmente também que essas reuniões públicas têm todas essas virtudes que foram relatadas, só que, no entanto, a observação que fizemos é que as demandas apresentadas fogem do escopo das obras emergenciais. Demandas relacionadas ao programa de transferência de renda, acessos, que não estão contidas no escopo da discussão sobre as obras emergenciais. Então só fazendo esse esclarecimento para deixar essas coisas mais nítidas. E sobre a questão das siglas também, que foi comentada pela Fernanda, temos a questão da ADA, Área Diretamente Afetada; AID, da qual fazem parte Área de Influência Direta do empreendimento, onde estão as comunidades que eu citei; está englobado também o município de Brumadinho. E a AI, que é São Joaquim de Bicas, Área de Influência Indireta, do meio socioeconômico, São Joaquim de Bicas e Mário Campos também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Poderia colocar a condicionante, Liana, por favor?” Liana Notari Pasqualini/FEAM: “Eu enviei o arquivo para a Assessoria de Órgãos Colegiados. Vocês receberam?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Qual página, Liana?” Liana Notari Pasqualini/FEAM: “Ficou na última página. A instrução. São os itens 1, 2, 3 e 4 de instrução. A redação da condicionante já estava lá. E aí eu coloquei orientações para o cumprimento da condicionante. Os itens 1, 2, 3 e 4, que foram transcritos da página 8. Por razões de formatação, as páginas estão um pouco diferentes, mas, enfim, está transcrito no texto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então foi a alteração da condicionante, na realidade, para inclusão de um texto. Eu vou considerar aqui como alteração da condicionante, que é para inclusão no texto da condicionante de: a) Uso de linguagem clara e adequada aos públicos de interesse; b) Envio prévio, ao órgão ambiental, do material a ser disponibilizado aos públicos de interesse (30 dias antes da entrega), para avaliação; c) Entrega dos informes impressos às partes interessadas, preferencialmente em mãos. Caso haja recusa de recebimento de associações e/ou lideranças das comunidades, será admitida, como comprovação da tentativa de entrega, carta registrada com aviso de recebimento; d) Informar ao órgão ambiental, por meio de relatório analítico, somente se, porventura, houver manifestações, no momento da entrega dos informes impressos, de demandas dos públicos de interesse - inclusive aquelas que, eventualmente, extrapolem o escopo das Obras Emergenciais. Neste caso, este relatório analítico deverá conter todas as respostas e/ou encaminhamentos realizados pelo empreendedor sobre as demandas identificadas em campo, considerando especificidades dos casos apresentados e atores sociais envolvidos. Prazo: 60 dias após a entrega do material impresso;” Então eu já vou fazer o encaminhamento da votação da referida da alteração da condicionante com esta inclusão.” **15) ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou fazer o seguinte destaque em relação aos Assuntos Gerais. O artigo 27, §4º, da Deliberação Normativa COPAM: ‘As reuniões das Unidades Colegiadas obedecerão a seguinte ordem de trabalho.’ §4º. O item assuntos gerais a que se refere o inciso IX do caput terá duração máxima de trinta minutos, divididos entre os interessados em se manifestar, observado o prazo previsto no art. 44.’ Nós temos 15 inscritos para este item, então serão 2 minutos para cada inscrito. Ok?” Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Boa tarde, senhores conselheiros. É necessário que as Câmaras Técnicas do COPAM embarquem num esforço de autotutela, prestando contas à sociedade quanto às denúncias apresentadas pela Operação Rejeito, na qual vários investigados compunha a mesa ou representavam entidades na CPB, CNR, CID, CAP, CMI. Como ação de transparência, é necessário que a presidência do COPAM revise os vínculos jurídicos de todos os conselheiros, no intuito de demonstrar que não é conivente com a corrupção que se instalou em algumas estruturas do governo. A separação do joio e do trigo neste Conselho não ocorrerá se os fluxos continuarem os mesmos, se os agentes ainda permanecerem nas Câmaras e se a instituição não aumentar suas formas de controle. Apenas dizer que é contra a corrupção, entre outras coisas, não é suficiente. É preciso que a gente aja para que coisas erradas não prosperem. Eu queria também convocar o COPAM e destacar a importância da moção que foi proposta em apoio à greve dos servidores. A gente entende que a continuidade da greve é prejudicial de modo geral, porque as ações de fiscalizações ficam paralisadas, e são essas ações que inibem irregularidades no Estado. E também queria convidar todo mundo que está assistindo esta reunião a se debruçar na consulta pública sobre o COPAM. Se alguém se sentiu incomodado com a forma como é dado pouco espaço para a opinião, para a divergência nesse Conselho, é porque ele está construído de uma forma em que isso não é aberto. Então a gente precisa, dentro dessa consulta pública, construir uma nova forma de agir dentro do Conselho de Política Ambiental de Minas.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Presidente, se não tiver os 15, podia voltar o restinho do tempo e redistribuir. Presidente, eu queria então assim questionar quem foi que analisou e que garante que nenhum dos processos tenha qualquer envolvimento com qualquer um dos envolvidos da Operação Rejeito? Alguém da SEMAD tem que garantir isso, porque teve uma determinação judicial para que esses processos fossem revistos, e a secretária falou que estava fazendo. Então como é que vocês garantem que todos esses processos que vieram aqui não tiveram nenhuma ligação. Segundo, eu invoco aqui o artigo 48 da Deliberação Normativa 247/2022 e os subsequentes, o Decreto Estadual 46.644/2014 e a Lei Federal 8.429/1992. E questiono: Verônica Nascimento França tem algum vínculo com Débora Maria Ramos Nascimento França? Presidente, peço que você, na condição de presidente, que tem essa prerrogativa, verifique se existe. Porque se existir peço que avalie se tem algum ou não conflito de interesse. Isso é prerrogativa do presidente. Bem como se o Fernando Baliani realmente atuou em algum ponto do último processo, tem que ser revisto, como disse o Daniel. Nós fizemos a denúncia da fiscalização, Denúncia 144463, referente ao Ofício GDDS 13525, de 10/2025. Por favor, fiscalizem. É uma denúncia de um suposto crime que está em curso, que é o descumprimento de uma licença sem efeitos, tendo sido implementada. E peço, vamos suspender o COPAM e até que envie, presidente, as notas gráficas, a ata à Justiça Federal e à Polícia Federal, desta reunião, para mostrar que Fernando Benício participou e tal, para que se avalie se tem pertinência ou não a fala dele.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação ao questionamento se há suspeição ou não, Sr. Felipe, conforme o Decreto 46.953, eu faço, inclusive, o questionamento no início, da deliberação, se algum conselheiro se dá por suspeito ou impedido. Se o conselheiro... Está no Decreto 46.953, lá no finalzinho do decreto: ‘As arguições de suspeição e impedimento, quando não acatadas, o conselheiro pode se manifestar livremente, e não há efeito suspensivo.’ O que isso quer dizer, que não há efeito suspensivo? Ele se manifesta. Posteriormente, se comprovado que ele mentiu ou ele omitiu algum fato, aí sim ele pode ser penalizado, inclusive ser excluído do Conselho. Então, a mim, neste momento, eu não tenho outra função a não ser permitir as pessoas aqui, a todos os conselheiros se manifestarem, porque não foi admitida a suspeição ou o impedimento.” Janaína Mendonça Pereira/Servidora do Sisema: “Eu sou Janaína Mendonça Pereira, sou analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas, mas hoje estou aqui representando a sociedade civil dentro do movimento grevista. Eu quero trazer aqui a importância do Instituto Estadual de Florestas, tão falado nesses últimos tempos, dada a sua responsabilidade de implementação das políticas florestal e de proteção à biodiversidade, que garantem para a sociedade serviços essenciais à vida, como qualidade e quantidade da água para hoje e para o futuro, um clima favorável à vida, tantos outras funções. E dada essa importância e trazendo a nossa Constituição para a mesa cabe ao poder público e à sociedade civil organizada, por meio da sua coletividade, a garantia desse direito fundamental à vida. Por isso, nós servidores públicos do Estado de Minas Gerais estamos de greve neste momento para que essa garantia seja dada à sociedade. E o outro ente muito importante para essa garantia de direito é a sociedade civil organizada. E é este espaço de participação social hoje que a



sociedade civil deveria estar representada para que esses direitos sejam garantidos. E quando este espaço não assume essa corresponsabilidade de garantia desse direito isso coloca a nossa sociedade em risco. Então por isso eu quero pedir muito a vocês, conselheiros, que votem a nossa moção. E também a gente sabe de tantas lideranças institucionais que fazem parte deste Conselho, que inclusive têm contato direto com o governador, como é o setor produtivo, para que use desse contato para cobrar do governador uma mesa de negociação imediata para nós. Nós não queremos continuar em greve, nós não queremos sair do Sisema, o que nós queremos é servir a sociedade com excelência e garantir esse direito para ela. E a gente conta com cada um de vocês conselheiros para fazer isso acontecer. Muito obrigada.” Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “É uma fala breve mesmo, só mesmo em agradecimento pela atenção dada ao longo de toda esta reunião. Fazer coro à fala da colega Janaína referente à votação da nossa moção, já proposta no chat pelo conselheiro da ANM, o Cícero, e validar mais uma vez que, para além dessa sensibilidade que a gente trouxe aqui, de todos os nossos pontos de pauta e do porquê que estamos em movimento grevista, é para que cada um desses representantes que ocupam esse espaço aqui, tem essa cadeira nesta Câmara, nós temos aqui, nós vamos precisar de uma conversa com a Secretaria de Estado de Governo por conta dessa mesa de negociação urgente, que a gente precisa para ontem. A gente tem trabalhos aqui também quando falamos em Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, a gente não consegue falar em geração de 1 milhão de empregos sem que os servidores públicos de Estado de meio ambiente estejam trabalhando e se dedicando à liberação de atos autorizativos, tais quais outorgas, licenças, Daías e tudo mais. A gente tem a Sedese, Desenvolvimento Social, a gente também tem uma política socioeconômica até no âmbito dos nossos pareceres referentes aos nossos povos de comunidades tradicionais. Enfim, a Copasa, trabalhando saneamento, a gente também tem uma agenda nobre de saneamento dentro do Sisema. Por isso nós estamos também batalhando na Assembleia Legislativa para que o meio ambiente seja considerado como atividade essencial. Essa é uma ferramenta que nós estamos muito fortemente atuando também junto à Assembleia Legislativa. Então a gente conta com o coro de todos os ocupantes dessas cadeiras. A Associação dos Engenheiros, quantos engenheiros, assim como eu, nós não temos no Sisema. Para que vocês levem à suas instâncias máximas esse nosso pleito para que a gente então logo saia dessa nossa situação. Muito obrigada.” Daniel da Mota Neri/sociedade civil: “Mais uma vez, vou aproveitar agora só esses 2 minutos. A gente precisa transformar esse espaço de debate em espaços didáticos. Parafraseando aqui, lembrando o velho Marx, que a nossa sociedade se estrutura numa base produtiva, numa base econômica onde é feita a produção, a reprodução da vida. A mineração faz super parte dessa produção econômica, da garantia de acumulação capitalista no nosso mundo atual. Mas a gente tem também uma superestrutura ideológica, uma superestrutura política, uma superestrutura jurídica. Então a gente precisa de agentes do Estado, que supostamente têm uma figura neutra, para reforçar a superestrutura ideológica. Por isso que a gente tem aqui, na figura do presidente desta Câmara, a afirmativa – aliás, várias afirmativas falaciosas, mas essa é a mais destacada para este momento – de que esta Câmara é paritária. Isso é um absurdo. É um absurdo a gente ouvir isso, escancarar na nossa cara que Sindiextra faz parte da sociedade civil, que Associação Comercial, Associação dos Engenheiros, junto com Copasa, as Secretarias de Estado, que sempre vão ganhar as votações em favor do setor produtivo, dizer que isso aqui é paritário. Espero, de verdade, presidente, que você não tenha colocado isso na sua dissertação, visto que fez o seu mestrado na Ufop, que é uma universidade séria, que é uma universidade reconhecida. Porque isso é uma vergonha. É uma vergonha você no seu papel vir aqui dizer que esta Câmara é paritária. Repito, sociedade civil não vai se calar. Eu não vou me calar. E se eu participei pouco até hoje das reuniões do COPAM, especialmente da CMI, vou participar mais, porque isso aqui precisa mudar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação à paridade do Conselho, não sou eu que estou dizendo não. Por isso que há necessidade de estudarmos em relação às normas. Quem informa isso é a resolução e não eu. Eu só estou repetindo. E aí obviamente a gente respeita as opiniões diversas, mas como servidor público e vinculado à legalidade das normas eu estou colocando aquilo que está previsto em Regimento.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Senhor presidente, uma questão de ordem. Essa redistribuição do tempo, caso ela seja feita, eu tenho interesse. Eu vou falar por pouquinho tempo aqui e pedir à Sabrina para apresentar três arquivos que eu mandei. Os arquivos que eu estou enviando, eles ilustram a falta de efetividade da política ambiental em Minas Gerais, na Cidade dos Profetas. É um patrimônio cultural da humanidade implantado aqui desde 1700 e que está sendo destruído agora por falta de efetividade da política ambiental de Minas Gerais. Por favor, Sabrina, são dois vídeos e uma foto, para encerrar, uma imagem de inteligência artificial... [Exibição de vídeos] Eu posso prosseguir? Isso é uma imagem de inteligência artificial do profeta, aqui é poeira que prospera. Aqui não tem prosperado desenvolvimento sustentável, não. Vocês viram na imagem, a imagem é do dia 22, semana passada. Senhor presidente, eu vou encerrar a minha fala com a revista mostrando. Poderia voltar à imagem para mim, por favor? Essa revista eu mostrei no início, mostrei essa revista no início da reunião, quando eu estava com a imagem durante o andamento da reunião. É uma edição da Revista Ecológico de 2013. Por que eu estou mostrando? Não estou fazendo propaganda para a revista, é para falar do princípio da precaução, que está sendo esquecido. É edição nº 54, de fevereiro de 2013. Em 2013 eu ainda trabalhava, eu estava trabalhando na mina do Pico. E aqui é citada a situação de Congonhas, da página 30 até a página 39, se não me engano. Então aqui começa com ‘Dilema dos profetas’, tem o promotor Carlos Eduardo se manifestando, tem uma peça de teatro que nós fizemos chamada Tribunal da História, tem a população do Pires, já à época clamando o seu direito por água, por não respirar poeira. Tem as questões de paisagem, de patrimônio cultural e arqueológico em Congonhas. Tem aqui o ex-prefeito e atual prefeito, por coincidência, Sr. Anderson Cabido, nessa matéria, tem uma foto minha, eu me manifestando, o antigo promotor de Justiça, Dr. Vinícius Alcântara. Tem aqui a população, participação popular. Tem nós falando aqui à época, antes do rompimento de Mariana e de Brumadinho, de evitar a construção de novas barragens dentro da cidade. Está aqui na página 35. Tem a questão do conjunto de patrimônio cultural da humanidade sendo ameaçado, turistas no meio da poeira. Essa revista não saiu ontem. Essa revista saiu em 2013. E por que eu estou falando dessa revista? Como eu disse, para ilustrar. Como os administradores gostam de falar de case, é um case de péssimo desempenho da política ambiental em Minas Gerais. Chama-se Congonhas, cidade dos profetas. Antigamente chamava Congonhas do Campo. E essa revista, se o presidente aceitar, eu tenho mais um exemplar impresso. Eu gostaria muito de oferecer ao senhor. O senhor foi muito solícito em oferecer a sua tese, vou ler com muita atenção. A minha é modesta, talvez eu te mande, mas tenho certeza que não vai acrescentar nada para o senhor, porque está desatualizada, é de um outro tempo. Mas é o ideal que a gente vem desenvolvendo ao longo do tempo. Então essa revista, senhor presidente, além do exemplar impresso que farei questão de encaminhar para o senhor, caso aceite, eu vou desta vez cumprir aquilo que eu já falei de mandar documentos para o Conselho, que eu ainda não fiz até hoje. O Sr. Fernando Benício reclamou na última reunião, com toda propriedade, com toda a razão, a gente não enviou nada mesmo não. Eu vou enviar o PDF para todo o Conselho, para todos os conselheiros. Inclusive, se puder fazer chegar à secretária Marília também, para ela ver o que a gente já vem falando ao longo de 2013 para cá. Nós estamos em 2025, então são 17 anos... São 15 anos pelejando. A gente já lida com isso há mais tempo. Desde 2008, que eu entrei como conselheiro do Codema, 2007; entrei como conselheiro do Codema, a gente enfrentou o rompimento de barragem aqui na barragem de Vigia, aqui perto dos Motas, e as empresas estão operando, estão fazendo, estão tudo. E a efetividade da participação popular, presidente, infelizmente, objeto de estudo meu, modesto estudo, objeto de estudo robusto que o senhor com certeza fez: a efetividade hoje a gente pode falar que é zero, pelo menos no caso de Congonhas. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Sr. Sandoval. Quero sim, Sr. Sandoval. Inclusive, esse período agora pós-dissertação eu vou começar a escrever os artigos, por solicitação das orientações do mestrado. E a revista será bem-vinda, inclusive, com o seu artigo também já escrito. Eu agradeço, já antecipo meu agradecimento... O Sr. Felipe falou que tem intenção de se manifestar novamente. A Janaína também já levantou a mão. Cada um já falou 2, então mais 3 minutos para cada manifestação.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Então eu queria aqui reforçar o pedido de que a ata desta reunião, a gravação, que o órgão ambiental faça o envio para as autoridades, tendo em vista a situação. E reforço, presidente, por favor, quem estiver ouvindo aqui, quem pode garantir que em toda a cadeia de custódia de todos os processos que foram julgados hoje não havia nenhum envolvido na Operação Rejeita? Eu gostaria que fosse explicitado aqui. Porque pelo que eu entendi, presidente, você virou e falou: ‘Ah, eu não consigo dizer que não tinha nenhum envolvido.’ Então, se você vira e fala que não consegue garantir que não tenha nenhum envolvido, eu queria que alguém garantisse, porque essa é uma prerrogativa que a secretária, o governador Zema, e foi solicitado, inclusive, parecer pela Justiça. Gostaria de reforçar a questão da fiscalização. Deixo aqui um pedido, que seja avaliada a suspensão de todas as reuniões no mínimo até que vocês consigam garantir que 100% dos processos, em toda sua cadeia de custódia, inclusive lá dentro da ANM, lá dentro do Iepha, lá dentro do Iphan, não tenha nenhum ato, inclusive dos atos pretéritos. Porque se você está julgando um processo aqui, que ele tem uma anuência lá, e essa anuência lá está maculada, o daqui também está maculado. Então é importante que neste momento tão grave isso seja avaliado com a devida importância, que esses processos passem pela auditoria que está sendo contratada antes de serem julgados. E deixo aqui meu total apoio, meu e da deputada federal Duda Salabert, aos servidores que estão em greve geral há 26 dias. A greve dos servidores é reflexo desse absurdo desbaratado pela Operação Rejeito. Corrupção sistêmica na ANM, no Iepha, no Iphan, na FEAM, no IEF e sei lá mais onde. No COPAM, nesta casa, supostamente. Quem está dizendo é a Polícia Federal. Então

deixo o nosso total apoio. Espero que todo esse chacoalhar sirva para que algo aconteça. Nós temos total confiança nos servidores, são gente muito séria. Inclusive, repudio aqui a chamada da matéria da Globo, que colocou lá na matéria do 'Fantástico' como fiscais corruptos. Não teve um fiscal envolvido. Todos os envolvidos até o momento são pessoas do altíssimo escalão, do primeiro escalão. É presidente, é diretor, é diretor geral, é responsável pelo setor de licenciamento. Então é gravíssimo. E pergunto se alguém sabe uma fofoca aí de dizer quem dava as ordens para Rodrigo Franco. Naquela matéria do 'Estado de Minas' que ele falou que ia cair atirando, que era um pau mandado, que cumpria ordens que vinham de cima. Se alguém ouviu uma fofoca, um burburinho, de quem dava as ordens para Rodrigo Franco. E, Rodrigo Franco, se você ouvir isso aqui, delata, meu filho, canta, passarinho, fala, está todo mundo querendo saber quem te dava ordem, Rodrigo. Porque o esquema criminoso de corrupção sistêmica que começa a ser desbaratinado pela Operação Rejeito é muito grande. Obrigado." Janaína Mendonça Pereira/Servidora do Sisema: "Eu quero agradecer a oportunidade de falar porque é um dos pontos importantes. E muita crítica feita para os órgãos ambientais, de forma geral, é sobre o atraso do desenvolvimento, o quanto os órgãos ambientais hoje têm um papel de entrave. E dizer que nós não somos contra nenhum tipo de empreendimento, nenhum setor produtivo do Estado de Minas Gerais. A gente tem clareza da importância de todos esses setores. Mas o que a gente tem que pensar, em especial, é que esses espaços de participação social que discutem esses empreendimentos e essas ações e essas normas que trazem e que pautam os impactos que são gerados sobre a sociedade. E é por isso que esses espaços precisam pesar essas condicionantes, essas medidas mitigadoras, compensatórias e, principalmente, como o Sandoval trouxe, o princípio da precaução. E aí quando cada um dos conselheiros que fazem parte dessas Câmaras, que têm nas mãos o poder de representar a sociedade, o tamanho da responsabilidade disso. Por isso, nós vamos trabalhar ativamente para garantir que esse novo COPAM que está sendo construído, ele de fato atenda os interesses da sociedade. E dizer que, quando a gente tem uma frase que diz 'o trem prospera' em Minas Gerais, trazer o conceito de prosperidade, porque o conceito de prosperidade pode ser visto como ausência de necessidade. E quando a gente tem empreendimentos e processos que podem trazer danos irreversíveis para a sociedade a gente fala de ausência de necessidade para quem? Pode ser que para quem está com o poder econômico na mão não tenha necessidade, mas para o povo mineiro que precisa de um clima favorável para viver, que precisa de água em quantidade e qualidade, que precisa de alimento saudável, então para esse sim a gente tem que pensar. E esses espaços têm esse papel de garantir esse direito para a sociedade. Então eu quero convocar quem está ouvindo para que se aproprie desse espaço de participação social e que os interesses da sociedade sejam realmente atendidos, não só hoje, mas para o futuro, porque eu quero que o meu filho também possa nadar nos rios e cachoeiras, que hoje eu nado quando estou prestando os meus serviços para a sociedade. Muito obrigada." Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: "A complementação que eu queria fazer era sugerir para a assessoria do COPAM, da Câmara, que fizesse uma reunião específica para esclarecimento da consulta pública. Porque já que ela é assim mais para entes externos, e para os conselheiros, não sei se eu entendi bem se ela é só para os conselheiros ou é para pessoas externas. Se for para pessoas externas, a gente precisa de um espaço dessa discussão, porque a gente viu que aqui o Regimento Interno deixa muito fechado e não permite que a gente manifeste todas as opiniões. Foi visto aqui, às vezes a gente precisa de mais tempo para esclarecer coisas. Então se tivesse uma reunião em que pessoas externamente pudessem opinar, perguntar sobre a consulta pública... Eu mesmo fui olhar ontem, surgiram diversas dúvidas que eu acho que deveriam ser discutidas. Eu poderia mandar um e-mail tirando essas dúvidas, poderia encaminhar, mas eu acho que tem que ser uma coisa discutida em colegiado, com mais pessoas assistindo. E aí eu queria fazer essa proposta e gostaria muito que realmente tivesse, porque vai ser de grande interesse a gente fazer essa discussão." Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: "Como foi dito, a consulta pública está aberta, nós, Assessoria de Órgãos Colegiados, estamos à disposição. Desde junho que estamos fazendo essa informação de que os dois Decretos dos Conselhos que estão vinculados à Secretaria de Estado e Meio Ambiente estão abertos, foram submetidos a consulta pública. O formulário é muito simples de se preencher, mas, em permanecendo dúvidas, nós permanecemos aqui à disposição. Caso seja necessário, pode entrar em contato conosco, não só por e-mail. Nós estamos à disposição aqui para elucidar e responder os questionamentos, caso eles surjam. Mas foram submetidos a consulta pública os dois Decretos, o 46.953/2016, do COPAM, e o 48.209, do CERH." Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: "O Regimento Interno também?" Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: "Não. O que está em consulta pública são os dois Decretos de organização dos dois Conselhos. O do COPAM e o do CERH." Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: "Eu só estou retornando, eu nem sei se posso fazer isso, mas é porque eu acho que tinha que ser uma discussão numa reunião com pessoas assistindo, com pessoas podendo discutir e opinar. E não ser uma coisa assim pontual." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu acho que foi entendido, acho que os esclarecimentos já foram prestados pela assessoria. Senhores e senhoras, conselheiros, nós temos uma proposição de moção. A Renata fez uma proposição de moção, ela foi endereçada pelo Círculo aqui no chat... Então a Moção da CMI 002/2025, eu vou ler o texto e posteriormente coloco sugestão para algum destaque por parte dos conselheiros, senão a gente encaminha para a votação. 'Os conselheiros da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental, em sua 128ª reunião, ordinária, realizada no dia 26 de setembro de 2025, às 9h, remotamente, com fulcro no artigo 20 do Decreto 46.953, de 23 de fevereiro de 2006, e artigo 5º, inciso IV da Deliberação Normativa COPAM 247, de 17 de novembro de 2022, aprovaram moção com o seguinte teor: 'O Conselho reconhece a relevância do trabalho realizado pelos servidores que integram o sistema de meio ambiente. Destaca que na qualidade deste trabalho está bem materializada nos pareceres avaliados nesta Câmara Técnica. Assim sendo, apoia o diálogo entre as partes, visando à estruturação das carreiras e a melhoria das condições de trabalho dos servidores no interesse da sociedade mineira.'" E aí eu assino. Todas as moções são assinadas pelo presidente da sessão. Algum destaque por parte do Conselho? Sem manifestação. Então eu coloco em votação a referida moção. Como vota Assemg?" Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: "Favorável à moção, senhor presidente. Até tentei reforçar o meu voto de apoio no chat, mas eu não consegui escrever lá. Então reforço o meu voto de apoio ao pessoal da FEAM." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Obrigado. Sede, como vota? Maria Eugênia está na sala? Está ausente no momento. Sedese como vota?" Conselheira Anamaria Burle Orlandine Andrade/Sedese: "Sedese vota favorável à moção, presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Obrigado. Ausente Codemig. Copasa, como vota?" Conselheira Verônica Maria Ramos do Nascimento França/Copasa: "Copasa vai se abster, presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Segov como vota?" Conselheira Marina Guimarães Silva Bitencourt/Segov: "Contrária à moção, presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ciemg, como vota?" Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: "Thiago, Ciemg, favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sindiextra, como vota?" Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: "Francisco, Sindiextra, favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Zeladoria do Planeta está ausente, IHMBio ausente, ANM ausente e Dom Helder também ausente. E ANM ausente." Conselheira Anamaria Burle Orlandine Andrade/Sedese: "Presidente, eu posso alterar o meu voto?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Não. Feita a votação, Ana, eu só retorno à possibilidade de votação se houve condução equivocada da presidência. Entenda. A não ser que a senhora aponte algum equívoco aqui na minha condução, e aí sim eu possibilito o retorno do voto. Se não a votação eu não posso retornar ao voto que foi dado." Conselheira Anamaria Burle Orlandine Andrade/Sedese: "Ok. Não foi mesmo, acho que eu que me confundi no conteúdo, presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, eu vou fazer isso, fica o registro, a sua confusão em relação ao conteúdo, mas eu não posso retornar ao processo de votação. Então moção aprovada. Por favor, Sabrina: por quatro votos favoráveis à mesma, sendo um contrário, uma abstenção e seis ausências no momento da votação." Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: "Senhor presidente, é só para esclarecer que a consulta pública fica aberta até o dia 30 de novembro. Essa informação consta nos formulários. Obrigada. Parabéns pela condução." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Obrigado, Vânia. Então obrigado, senhores e senhoras conselheiras, servidores, aqueles que estiveram aqui conosco, os inscritos." Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: "Reconhecemos a sua paciência e nossa também de ouvir as manifestações deste ambiente democrático de todos os lados, com razão a maioria delas. Isso é muito bom, até nos sacrificamos para isso, deixamos às vezes como conselheiro, precisamos lembrar que eu estou aqui e estou deixando de fazer trabalho remunerado para estar aqui. Estou viajando para verificar alguns processos, e boa parte das viagens são custeadas por mim, ou seja, trabalho para contribuir. Infelizmente ou felizmente só sabemos ganhar dinheiro trabalhando. Então reforço aqui a posição de que neste fórum temos conselheiros com posições corretas e estamos aqui, inclusive, aprovando as licenças, apesar do tumulto, porque sabemos que por trás dessas licenças tem investidores, tem diretores de empresa, tem empregados como nós trabalhando, dependendo delas para continuar o seu trabalho, receber o seu salário, sustentar seus filhos e contribuir, inclusive, com recurso para que este Conselho e outros funcionem na administração do Estado. Isso precisa ser lembrado. Eu gostaria até de falar mais, mas vou me ater a apenas mais um ponto. Observar que tanto nesta sessão como nas anteriores um dos pontos abordados na maioria dos casos, é a disposição de resíduos de mineração, estéril, rejeito e outros. É uma questão ampla, que passa, inclusive, nas licenças, pela lavra a céu aberto, lavra subterrânea que produz menor quantidade de resíduos. E nós precisamos aprofundar um pouco mais. Concluindo nesse sentido, eu lembro da nossa solicitação à ANM, que é a agência que detém o conhecimento sobre esse assunto, as informações, regula e fiscaliza a sua

aplicação, inclusive dos parâmetros necessários para a segurança tanto das barragens e das pilhas. Então voltamos a insistir, e nós precisamos, senhor presidente, além de ouvir todos, discutir as questões, os pontos de vista dentro desse ambiente democrático, nós precisamos ouvir o órgão que detém esse conhecimento, esse poder, para nos informar corretamente das posições que precisamos tomar, não porque gostamos ou achamos, elas precisam estar dentro da lei, dentro das resoluções. Então seria essa a minha manifestação de insistência e de aguardo pela apresentação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Obrigado, João. Essa apresentação está sendo acertada ainda com o Cícero e nós teremos posteriormente aqui na nossa reunião. Agradeço mais uma vez a menção à minha condução. Eu sempre busco, nas conduções de todas as reuniões, ter serenidade, ter calma para tratar com os senhores aqui, com os inscitos. Essa é uma busca. Tem até uma oração que todos conhecem, ‘serenidade para aceitar as coisas que podem ser modificadas, coragem para modificar aquelas que a gente pode e sabedoria para distinguir umas das outras’. A serenidade, a calma, a educação acalmam, aplacam os destemperos de alguns. Então assim eu vou seguir a condução de todas as reuniões nesse mesmo sentido, sendo sereno, tentando ser calmo e, principalmente, respeitando todos os inscitos, que são sempre bem-vindos aqui na nossa reunião ou em todas que eu presido. Muito obrigado a todos, senhores, senhoras conselheiras, inscitos, aqueles que nos acompanharam pelo canal do YouTube, e servidores, os nossos respeitos e desejo que isso tenha um desfecho o mais rápido possível para o bem de todos os nossos servidores em relação ao movimento grevista.” **16) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

**Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
**Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovão, Diretor**, em 24/10/2025, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **125875325** e o código CRC **D3C78DB9**.

**Referência:** Processo nº 1370.01.0030382/2025-79

SEI nº 125875325